

**O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO**, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** o disposto no inciso II do artigo 9º-B da Portaria Conjunta SF/SMG nº 03, de 27 de maio de 2015,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica designado o Auditor-Fiscal Tributário Municipal – AFTM **John Richard Fitzgerald Junior, R.F nº 687.316.2, lotado na Divisão de Acompanhamento do Contencioso Administrativo e Judicial – DICAJ**, do Departamento de Tributação e Julgamento – DEJUG, para realizar, em caráter exclusivo e sem prejuízo quanto ao cumprimento da jornada de trabalho em regime de teletrabalho, a atividade de auxílio na distribuição de processos.

**Art. 2º** A atividade descrita no **artigo 1º** desta portaria se enquadra como atividade especial ou eventual de que trata o artigo 9º-B da Portaria Conjunta SF/SMG nº 03, de 27 de maio de 2015.

**Art. 3º** Para fins de cálculo da Gratificação da Produtividade Fiscal, a contribuição individual do servidor designado nos termos do artigo 1º desta portaria será apurada pela pontuação prevista no **subitem 11.7 da Tabela Anexa I da Portaria Conjunta SF/SMG nº 03, de 27 de maio de 2015**, limitada a 5 (cinco) dias no mês.

**Art. 4º** Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos para os dias úteis de **01 a 05 de julho de 2019**.

## LICENCIAMENTO

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2019-2-117**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO**

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405 - 18 ANDAR
PROCESSOS DA UNIDADE SMUL/ATEL
**2010-0.323.445-0 MITRA DIOCESANA DE CAMPO LIMPO DEFERIDO**

1-A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES DO PRESENTE, EM ESPECIAL A MANIFESTAÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA DESTA SECRETARIA(FLS.47), AS QUAIS AS QUAIS ADOTO COMO RAZAO DE DECIDIR, DEFIRO DO PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA, VINCULADA, TAO SOMENTE, AO PROCESSO 2003.1.039.857.2, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 27 DA LEI 13.558/03 ALTERADA PELA LEI 13.876/04.

PROCESSOS DA UNIDADE SMUL/GETEL
**2017-0.170.734-5 ANDREA PEAGUDA DE CASTRO DEFERIDO**

DEFERIDO O PEDIDO DE ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO PARA RESIDENCIA UNIFAMILIAR NOS TERMOS DA LEI 16642/17 E DECRETO 57776/17, LEI 16402/16 E LEI 16050/14.

**2019-0.023.573-7 EDUARDO LAURINDO DA SILVA INDEFERIDO**

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

**COORDENADORIA DE CADASTRO E SISTEMA ELETRÔNICO DE LICENCIAMENTO**

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405
PROCESSOS DA UNIDADE SMUL/CASE/DLE
**2016-0.192.659-2 EULALIA BERBER VICENTE DEFERIDO**

A VISTA DAS INFORMACOES, PARA O IMOVEL FOI EMITIDO O CERTIFICADO DE REGULARIDADE EX-OFFICIO.

**SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 358**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO**

ENDERECO: RUA SÃO BENTO, 405
**6068.2019/0003235-7 - Fiscalização: Elevador - Baixa de Responsabilidade Técnica Despacho deferido**

**Interessados:** MTS ELEVADORES LTDA CNPJ: 24.783.679/0001-09

**DESPACHO:**

Defiro a solicitação de baixa de responsabilidade técnica, em cumprimento ao Artigo 21 do Decreto 52.540 de 25.05.2011.

**6068.2019/0003197-0 - Fiscalização: Elevador - Entrada de Responsabilidade Técnica**

**Despacho deferido**
**Interessados:** MIHL MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA ( CNPJ 20.530.310/0001-25 )

**DESPACHO:** Defiro a solicitação de assunção de responsabilidade técnica, em cumprimento ao Artigo 21 do Decreto 52.540 de 25.05.2011.

**6068.2019/0003214-4 - Fiscalização: Elevador - Entrada de Responsabilidade Técnica**

**Despacho deferido**
**Interessados:** THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A ( CNPJ 90.347.840/0003-80 )

**DESPACHO:** Defiro a solicitação de assunção de responsabilidade técnica, em cumprimento ao Artigo 21 do Decreto 52.540 de 25.05.2011.

**6068.2019/0001899-0 - Fiscalização: Elevador - Concessão Registro de Empresa Conservadora de Aparelhos de Transporte**

**Despacho deferido**
**Interessados:** CREATIVE COM. E MANUT. DE ELEVADORES EIRELI (CNPJ 26.481.034/0001-39 )

**DESPACHO:** Defiro a solicitação da Concessão de Registro nº 0258/2019, nos termos propostos pela Seção Técnica de Sistema de segurança e Equipamento - SEGUR/DMIS. Através do Despacho Modelo 54

**Dados da Empresa conforme a folha do Requerimento.**

**6068.2019/0002792-2 - Fiscalização: Elevador - Concessão Registro de Empresa Conservadora de Aparelhos de Transporte**

**Despacho deferido**
**DESPACHO:** Defiro a solicitação da Renovação da Concessão de Registro nº 020/1995, nos termos propostos pela Seção Técnica de Sistema de Segurança e Equipamento - SEGUR/DMIS.

**6068.2019/0001521-5 - Uso e ocupação do solo: Certidão de Transferência do Direito de Construir**

**Despacho documental**
**Interessados:** IATE CLUBE DE SANTOS CNPJ 48.693.832/0001-67

**DESPACHO:**

**PROCESSO DOCUMENTAL**

Considerando erro material em informações referentes aos imóveis receptores constantes da Certidão de Transferência de Potencial Construtivo SMDU/DEUSO 007/19, publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOCSP) no dia 26/06/19-pág. 23, segue em inteiro teor a Certidão de Transferência de Potencial Construtivo SMDU/DEUSO 007/19, referente aos imóveis situados à Rua Gregório Serrão, 146, 152, 154, 160, 164, 166, 172, 182, 194, 204, 206, 214, 218 e 232, Vila Mariana, São Paulo/SP, cadastrados sob os SQLs 038.072.0039-8, 038.072.0040-1, 038.072.0041-1, 038.072.0042-8, 038.072.0043-6, 038.072.0044-4, 038.072.0045-2, 038.072.0046-0, 038.072.0047-9, 038.072.0048-7, 038.072.0049-5 e 038.072.0050-9, de propriedade de CYRELA TRENTINO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ 13.177.652/0001-48, conforme transcrição do Livro nº 1 de Controle Transferência de Potencial Construtivo - Certidões, página 120.

**CERTIDÃO DE TRANSFERÊNCIA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO SMDU.DEUSO 007/19**

A Coordenadora da Coordenadoria de Legislação de Uso e Ocupação do Solo - DEUSO, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU, nos termos do que dispõem os artigos 122 a 133 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, com base nas informações disponibilizadas pelo interessado no Processo SEI 6068.2019/0001521-5, CERTIFICA que os imóveis situados na Rua Gregório Serrão, 146, 152, 154, 160, 164, 166, 172, 182, 194, 204, 206, 214, 218 e 232, Vila Mariana, Subprefeitura Vila Mariana, de propriedade de CYRELA TRENTINO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ 13.177.652/0001-48, integrantes da zona de uso ZEU (Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana) pela Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, com área total de 3.116,47 m2, cadastrados sob os SQLs **038.072.0039-8, 038.072.0040-1, 038.072.0041-1, 038.072.0042-8, 038.072.0043-6, 038.072.0044-4, 038.072.0045-2, 038.072.0046-0, 038.072.0047-9, 038.072.0048-7, 038.072.0049-5 e 038.072.0050-9**, registrados sob as matrículas nº 124.816, 111.205, 109.750, 105.074, 7.162, 51.643, 11.968, 5.472, 35.553, 48.258, 18.886 e 6.147, todas no Livro nº 2 do Registro Geral do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo, em vista da Declaração de Saldo de Potencial Construtivo Passível de Transferência Nº **0026F/18**, previamente expedida:

1) **recebem** por transferência documentada no instrumento público de cessão do potencial construtivo transferível, averbado na matrícula correspondente ao imóvel cedente enquadrado como ZEPEC-BIR no Cartório de Registro de Imóveis competente, o potencial construtivo de **8.908,09 m² para uso residencial**, sendo **2.101,91 m² para habitação com área até 50 m²; 3.403,09 m² para habitação com área de 51 até 70 m²; e 3.403,09 m² para habitação com área maior que 70 m²**, da conversão do potencial construtivo sob a égide das Leis nº 16.050/2014 e nº 16.402/2016.

2) esta área equivalente provém da área do imóvel CEDENTE enquadrado como ZEPEC-BIR, nos termos da Lei nº 16.050, de 2014, localizada na Avenida Higienópolis, 18, **SQL 007.054.0001-8**, integrante da zona de uso AC-1 (Área de Clube -1) pela Lei nº 16.402, de 2016, Subprefeitura Sé, de propriedade de IATE CLUBE DE SANTOS, CNPJ. 48.693.832/0001-67, **correspondente ao Potencial Construtivo de 2.260,40 m² do terreno cedente**, passível de transferência, e será subtraída do total que consta da Declaração de Saldo de Potencial Construtivo Nº 0026F/18, calculados nos termos do artigo 125 da Lei nº 16.050, de 2014, **dispondo ainda o imóvel cedente de 4.252,46 m² de área de potencial construtivo passível de transferência**, objeto da Declaração de Saldo de Potencial Construtivo Passível de Transferência Nº **026G/19**.

3) a presente Certidão constando a área construída equivalente a ser recebida de 8.908,09 m² deverá ser apresentada no pedido de aprovação do projeto de edificação vinculado ao imóvel receptor, sendo que esta área deverá ser utilizada integralmente nestes imóveis receptores, destinada exclusivamente ao uso residencial, nos termos do que dispõe o inciso I do artigo 3º do Decreto nº 57.536, de 15 de dezembro de 2016.

4) a presente certidão foi formulada com base em Declaração de Potencial Construtivo expedida antes de 31 de julho de 2014 e, para o cálculo da transferência de potencial construtivo, foi aplicada a fórmula prevista pelo artigo 128 e o Quadro 14 da Lei nº 16.050, de 2014, adotando-se, como data de referência, 1º de agosto de 2014, nos termos do que dispõe o artigo 21 do Decreto Nº 57.536, de 2016.

5) O proprietário do imóvel cedente deverá atender às disposições do Termo de Compromisso 001/2018 nos termos do PA 2017-0.126.250-5.

6) a presente Certidão é entregue ao interessado contra a apresentação dos seguintes documentos:

a) vias originais ou cópias autenticadas das matrículas atualizadas dos imóveis cedente e receptores contendo as averbações dos valores referentes à transferência de potencial construtivo efetuada;

b) devolução da via original da Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência que originou o processo de transferência, conforme alínea &ldquo;g&rdquo; do inciso I do artigo 8º Decreto nº 57.536, de 15 de dezembro de 2016.

E para constar, foi lavrada a presente Certidão aos 25 /06 / 2019, que lida e achada conforme segue assinada pela Coordenadora da Coordenadoria de Legislação de Uso e Ocupação do Solo - DEUSO da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU.

Publique-se e, após retirada dos documentos, archive-se. A não retirada do(s) mesmo(s) implicará na anulação das 2 (duas) vias, bem como no indeferimento da solicitação conforme artigo 7º do Decreto Nº 57.536, de 2016.

## COORDENADORIA DE EDIFICAÇÃO DE SERVIÇOS E USO INSTITUCIONAL

**SEL.SERVIN-G**

**2013-0.207.360-1**

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA USP ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE REFORMA I- TORNO NULO o despacho publicado em 20/8/16 (fl. 251), tendo em vista a não observância do disposto no §3º do Decreto 32.329/92;

### DIVISÃO TÉCNICA DE EDIFICAÇÃO DE USO INSTITUCIONAL

**SEL.SERVIN.**

**2015.0241.586-7**

I -DEFIRO o pedido de Apostilamento de Alvará de Execução de Reforma, passando a vigorar as ressalvas 4, 9 e 12, conforme texto a seguir, acrescentadas a ressalva 20 e nota 19, e não como constou:

04 – Por ocasião do Certificado de Conclusão Total deverá ser apresentado o Certificado de recebimento definitivo do Termo de Compensação Ambiental –TCA expedido por DEPAVE, conforme clausulas 4.1 e 12.2 do TCA nº 227/2016.

09 – A área destinada a fruição pública deverá ser implantada até a obtenção do Certificado de Conclusão para a totalidade do bloco da edificação destinado a serviço de educação/uso institucional e deverá permanecer permanentemente aberta, podendo ter controle de acesso no período noturno.

12- O projeto aprovado contemplou o benefício da Fachada Ativa, nos termos do art. 71 da Lei 16.402/16, com 230,24m².

20- A emissão do Certificado de Conclusão para a totalidade do bloco da edificação destinado a serviço de educação/uso institucional fica condicionada a conclusão dos 2 blocos de 1 pavimento destinados a Fachada Ativa.

Nota 19 – Os 2 blocos de 1 pavimento são destinados ao uso comercial ou serviços, na categoria de uso nR1 e configuram a Fachada Ativa, nos termos do art. 71 da Lei 16.402/16.

II – INDEFIRO o pedido de Projeto Modificativo de Alvará de Aprovação e Execução de Reforma, por prejudicado, face ao Deferimento do pedido de Alvará de Aprovação e Execução de Reforma;

## COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANÇA DE USO

### SEGUR-3

**SMUL/SEGUR-DLR**

**SMUL/SEGUR-3**

**DESPACHO DO SR.DIRETOR**

**2019-0.035.369-1 CENTRO DE ESTUDOS EM APARELHOS DIG. CEAD - Indefiro** o pedido de ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO para o evento GASTRÃO 2019, a ser realizado no CENTRO DE CONVENÇÕES REBOUÇAS, tendo em vista o não atendimento do Art. 24 do Decreto 49.969/2008.

**2019-0.022.457-3 IGREJA EVANGÉLICA BATISTA EM SÃO MATEUS - Indefiro** o pedido de ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO

para o evento CULTOS DE AÇÃO DE GRAÇA, a ser realizado no CENTRO DE CONVENÇÕES REBOUÇAS, tendo em vista o não atendimento publicado em DOC de 14/06/2019.

**2019-0.034.157-0 ICELAND - 10 PRODUÇÕES E ENTRETENIMENTO EIRELI-M - DEFIRO** o pedido de ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO para o evento ICELAND - 10 PATINAGEM NO GELO, a ser realizado no MORUMBI SHOPPING, data do evento: 01/07/2019 a 01/10/2019 ,para uma lotação maxima de 260 pessoas.

**2019-0.034.047-6 TATICA MARKETING ESPORTIVO EIRELI - DEFIRO** o pedido de ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO para o evento CIRCUITO DAS ESTAÇÕES 2019 - INVERNO - SP a ser realizada na PÇA CHARLES MILLER - PACAEMBU, data do evento: 30/06/2019 ,para uma lotação maxima de 2000 pessoas.

## DESENVOLVIMENTO URBANO

### DEPTO DE USO DO SOLO

**DESPACHO**

**2016-0.128.911-8 São Pedro Empreendimentos Ltda.;**
LOCAL: Praça da Bandeira, nº 215; ASSUNTO: Consulta de Zoneamento.

**PROCESSO INDEFERIDO**

I) Considerando que dentre as atribuições e competências desta Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e mesmo desta Coordenadoria de Legislação do Uso e Ocupação do Solo estabelecidas pelo Decreto nº 58.021, de 06 de dezembro de 2017, não consta a prestação de consultoria no que tange à aplicação da legislação municipal em casos de dúvidas prévias apartadas de requerimentos relacionados à assuntos de competência dos referidos órgão, indeferimos o presente processo. Caso seja de interesse do requerente a análise do projeto por esta Secretaria, sugerimos que promova o protocolamento de processo administrativo nas instâncias de licenciamento competentes as quais, em caso de dúvida a respeito das normas de uso e ocupação do solo incidentes sobre o projeto, poderão provocar a competência desta Coordenadoria para análise.

II) Nada mais havendo a ser tratado no presente, aguardar-se o prazo recursal de “15 dias” disposto no artigo 36 da Lei Municipal 14.141/2006;

III) Arquite-se.

## HABITAÇÃO

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**SEHAB/CFT**

**PROCESSO ELETRÔNICO 6014.2019/0002577-1, ASSUNTO: Atestado De Capacidade Técnica Final.**

**DESPACHO:**

Tendo em vista a solicitação de emissão do **Atestado de Capacidade Técnica Final** sobre o **Atestado de Serviços Final nº 009/2019/SEHAB** ao doc. nº 018361692, após a análise da documentação constante no PA nº 2017-0.073.705-4 e SEI nº 6014.2019/0002577-1 que trata do objeto “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, MODIFICAÇÃO, COMPLEMENTAÇÃO E REFORMA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE PRIMEIRA LINHA E MÃO DE OBRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB E A H.E. ENGENHARIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA” executado pela empresa **HE ENGENHARIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, por meio do contrato 001/2017/SEHAB, sob doc. nº 018361695. Entretanto juntamos documentos contratuais que julgamos necessários para a emissão do Atestado de Capacidade Técnica Final sobre o Atestado de Serviços Final nº 009/2019/SEHAB sob doc. nº 018361710, sendo: Ordem de Início doc. nº 018361699, Planilha Orçamentária sob doc. nº 018361704, Planilha de Medição sob doc. nº 018361705 e A.R.T. doc. nº 018361706.

Diante das documentações acima mencionadas e os demais elementos constantes neste processo, **DEFIRO** a solicitação supra, pagas os emolumentos públicos devidos, expeça-se o competente **ATESTADO**.

**SEHAB/CMH**

**ATA DA 5ª REUNIÃO REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO GESTÃO BIÊNIO 2018/2020**

Data da Reunião: **28 de maio de 2019**

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – Sala 182 – Centro – SP

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano 2019, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, sala 182, auditório, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação – Gestão – 2018/2020, conforme lista de presença, os **membros (as): Conselheiros (as) presentes:** João Farias (SEHAB); Eduardo Debrassi (SEHAB); Sílvia de Mesquita Rodrigues de Freitas (SEHAB); Alessandro Peixe Campos (COHAB); Reinaldo Iapequino (COHAB); Igor Cunha de Souza (Secretário de Governo Municipal - SGM); Irineu Gnecco Filho (Secretaria Municipal de Gestão - SG.); José Eduardo Villela Santos (Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB); Patricia Saran (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU); Mariza Alves Figueiredo (Secretaria Municipal da Fazenda - SF); Wendell Zamoner (Secretaria Municipal de Licenciamento - SEL); Fernando Augusto Marques Cera (Caixa Econômica Federal - CEF); Mariza Dutra Alves (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Manoel dos Santos Almeida (MDF - Movimento de Defesa do Favelado – Região Episcopal Belém); Monica Fátima Ziliani (Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste); Maria Silvone Oliveira (Associação Anjos da Paz da Vila Santista); Alexandre Bonfim França (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia); Neurani Rodrigues Gomes (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia); Antonia Lindinalva Ferreira do Nascimento (Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho); Jeremias das Neves (Movimento de Moradia dos Encortiçados, Sem Teto, Catadores de Papelão da Região Central de SP); Maria dos Santos Almeida (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Miguel Gomes Lima (Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste - Residencial City Jaraguá); Uranide Sacramento Cruz (CEPROCIG - Centro de Promoção Resgate a Cidadania Grajaú - Paulo VI); Sheila Cristiane Santos Nobre (Associação de Moradia do Parque Oteiro); Tereza Lara (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Mirtes Maria Vaz Felix Gaspar de Souza (Associação por Habitação com Dignidade); Manoel Santos Silva (Associação dos Cidadãos Unidos da Zona Leste); Welita Alves Caetano Ribeiro (Associação Movimento de Moradia em Defesa dos Direitos Sociais - AMMDDS); José André de Araújo (Associação de Moradores do Jd. Maracá da Serra e Adjacências; José Marcelo da Silva (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis); Darcy da Silva Costa (Fórum dos Mutirões de São Paulo); João Bosco da Costa (Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo - ADOCC-SP); Maria Esther de Sousa (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências-UMVASA); Alvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEOP - Associação Paulista de Empregários e Obras Públicas); Guilherme Leme Perazza (APEMEC - Associação de Pequenas e Médias Empresas de Construção Civil do Estado de São Paulo); Joselia Martins Pereira (APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste); Janaina Nascimento (APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste); Olivar Irapuam da Silva (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP); Juliana Lemes Avanci (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Violeta Saldanha Kubrusly (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - OAU-SP); Samira

Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP - Instituto de Arquitetura do Brasil - Departamento de São Paulo); Rosa Maria Eiras (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-SP); Carolina Rafaela Ferreira (SECOVI-SP - Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado). **Conselheiros (as) ausentes:** Luiz Carlos Antunes Corrêa (SEHAB); George Artur Falsetti (SEHAB); Leandro Medeiros (COHAB); Caren Vanessa Diniz (Secretaria de Governo Municipal - SGM); Leonara Cartana Lonel (Secretaria Municipal de Gestão - SG); Ilzângela Keila de Almeida Rex Lampariello (Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB); Denise Lopes de Souza (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU); Wilson Cabral da Silva (Secretaria Municipal da Fazenda - SF); Stella Verzolla Tangerino (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS); Vinicius Oliveira do Carmo (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMA-DS); Max Noe Neto (Secretaria Municipal de Licenciamento - SEL); Fernando José de Souza Marangoni (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo); Cassiano Quevedo Rosas de Ávila (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo); Eduardo Velucci (CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de SP); Maria Cláudia Pereira de Souza CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de SP); Fábio Chesine Sola (Caixa Econômica Federal - CEF); Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Moradores de Moradia da Região Sudeste); Felícia Mendes Dias (Associação Morar e Preservar Chácara do Ceres - Fase 1); Jomarina Abreu Pires da Fonseca (ANSTC - Associação Movimento Sem Teto do Centro); José de Anchieta Rocha Junior (Associação Comunitária de Moradores na Luta por Justiça); Eliude Nicolau Araújo (Movimento pelo Direito a Moradia - MDM); Wanderley de Almeida Gomes (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis); Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de São Paulo); Adriana da Silva Oliveira (Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo - ADOCC-SP); Samira de Jesus Barboza de Souza (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências-UMVASA); Maria Aparecida Pontes (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo); Maria Inês Batista (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo); Anderson Fernandes Guahy ((Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP); José Carlos Espírito Santos Murilo (Central Única dos Trabalhadores - CUT-SP); João Batista Gomes (Central Única dos Trabalhadores - CUT-SP); Delana Cristina Corazza (Centro Gaspar Garcia dos Direitos Humanos); Luciana de Oliveira Royer (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP); Lucas Daniel Ferreira (IAB-SP - Instituto de Arquitetura do Brasil – Departamento de São Paulo); Cláudio Alexandre Sena Rei (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-SP); Nunes Lopes dos Reis (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais); Adelcke Rossetto Netto (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais); Alexandre Marques Tirelli (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo); Daniela Ferrari Toscano de Britto (SINDUSCON-SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo); Elcio Sigolo (SINDUSCON-SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo); Marcio Jeha Chede (SECOVI-SP - Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo); Daniela Fajer Rosa (Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo - SASP); Paulo Emilio Buarque Ferreira (Universidade Presbiteriana Mackenzie) e Sandro Barbosa de Oliveira (Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado). **Justificaram a ausência os (as) senhores (as):** Maria Fernanda Avila de Souza da Silveira (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU-SP); Maria de Lourdes Zuquim (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP); Debora Andrade Silva (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo); Mariana Estevão de Souza Moraes (Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo - SASP); Denise Antonucci (Universidade Presbiteriana Mackenzie) e Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB/SECMH) – por motivo de férias. **Presentes os (as) senhores (as):** Antônio Marsura (SEHAB); Armando Lopes Leal Junior (SEHAB/CTS); Carlos Alberto da Silva (SEHAB-G); Jenny Zolla Baldvizio Perez (SEHAB); Nilson Edson Leonidas (COHAB/ DITEC); Pedro Orange (SEHAB/DEPLAN); Vanessa Padá Souza (SEHAB/DEPLAN); Evaniaz Rodrigues (UMM-SP); Claudete J. Hartmann (DTS - Sudeste); Ricardo Rodrigues (SEHAB/CTS); Tais R. Borges (Insper); Gimena Carmen (MMPT); Danielle Abranches (SEHAB - DTS Sudeste); Gabriel de Souza (Escritório Modelo PUC); Kley Tacs (MMPT); Marco Aurélio Lessa Villela (SEHAB/ DEPLAN); Luiza de Assis (Viva Paz); Laura Lourenção (SEHAB/ DEPLAN); Maria Helena; Alexandre (DTS - SUDESTE) , Verônica Kroll. Outras 4 pessoas assinaram a lista de presença. **Pauta da Reunião:** 1) Aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação-7ª Gestão realizada em 21.3.19 (cópia em anexo); 2) Apresentação da Estrutura da Parceria Público Privada da Habitação Municipal- Conselheiro Reinaldo Iapequino; 3) Informes: 3.1) Andamento dos levantamentos realizados junto ao sistema HABITASAMPA pelo Departamento de Planejamento – DEPLAN/ SEHAB - , com vistas a resgatar os dados cadastrais do sistema do exercício de 2015 e possíveis alterações realizadas após aquela data; 3.2) Urbanização e construção de unidades habitacionais pela COHAB-SP na favela Jacareipe; 3.3) Atendimento Habitacional do Conjunto Habitacional na Via Anchieta- São João Climaco. O Sr. João Farias dá início aos trabalhos. **Sr. João Farias** – Primeiramente, cumprimentar a todos, a maioria aqui eu já conheço. Apresento o Eduardo Debrassi, é nosso Secretário Adjunto e estará sempre presente aqui com vocês no Conselho Municipal. Vamos dar início, está todo mundo com o material em mãos. Iniciamos com 1) Aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação-7ª Gestão realizada em 21.3.19. Se ninguém tem nada a se opor em relação à ata, permaneça como está. (Pausa) Aprovada. Nosso próximo item da pauta seria apresentação da estrutura Parceria Público Privada da Habitação,

guma coisa sobre isso. Hoje é mais um informe para vocês da retomada dos trabalhos, porque estamos retomando tudo, puando todas as informações. Existe um trabalho em curso hoje que está sendo feito a várias mãos, para que possamos ter um trabalho já contundente, costurado, para vocês terem a informação de maneira clara. **Sra. Mariza** – Boa tarde a todos e todas. Me chamo Mariza, sou Conselheira da Habitação representando o Movimento Sem Terra Leste 1, filiada ao “UMM”. Gostaria de te perguntar, Vanessa, se até o mês de julho vocês vão ter a relação de todas as demandas que nós enquanto Conselheiros apresentamos, quais vão ser as perspectivas? E vocês vão nos devolver isso, para ficarmos atentos, acompanhar quais são, para também sabermos se de fato o que apresentamos foi contemplado? **Sra. Vanessa** – Como não tive conhecimento do material que vocês apresentaram, preciso me apropriar dessa informação de como vocês viram esse material. Então, tudo será discutido com vocês, acho que na reunião ordinária de julho vamos apresentar os dados sistematizados de uma forma que esteja de comum acordo com todos os sociais, DTS, junto com o CTS, o Armando que é coordenador social, isso amarrado entre todos e apresentar em julho. Já vamos abrir a discussão para ver se está de acordo com o que vocês estão imaginando. Sou velha de Casa, algumas pessoas já me conhecem, o Marcelo, Verônica me conhecem de alguns anos atrás, mas estou retornando depois de sete anos. Faz dois meses que estou aqui, então, estou retomando os trabalhos, vendo o que foi feito para poder apresentar para vocês juntamente com o Secretário, o Secretário Adjunto. **Sra. Mariza** – Então, podemos fazer o seguinte, trazer novamente a pauta para vocês de fato verificar, retomar, para saber de fato quais são nossas demandas. **Sra. Vanessa** – As demandas eu sei, na verdade as demandas nós temos, os trabalhos que foram feitos, tenho tudo isso já ampliado, inclusive nas reuniões de vinculação isso está sendo discutido. Estou falando da forma apresentada para vocês, não sei se será dessa forma, a não ser que isso seja discutido com vocês na apresentação final. Acho que isso tem que ser casado, costurado entre as DTSs, e isso quando for apresentado para vocês esteja de comum acordo com todos. **Sra. Mariza** – É porque desde o ano passado estamos com essa pauta, ou seja, questão de atendimento às demandas que estavam inseridas no programa, depois começaram ceder à parceria. Já neste ano retomamos, tanto que a Denise que estava na época, discuti-mos durante três meses. Ia ser trazido ao Conselho a resposta dessas nossas tratativas de indicação, de apresentação ao Conselho. Então, ou seja, pensávamos que hoje já iam sair daqui com respostas, assim “Olha, tal tempo essa demanda vai ser atendida”. Tem Quaresma, Quilombo dos Palmares e outros movimentos que solicitaram essa pauta. **Sr. João Farias** – Quería separar duas coisas com relação ao que foi levantado pela Conselheira. A primeira, as informações nós vamos disponibilizar imediatamente aos movimentos. Todos aqueles que tiverem questões que estejam em dúvida sobre o andamento dos seus projetos na Secretaria, podem entrar em contato conosco diretamente e vamos fornecer essas informações. A outra coisa é nosso HABITASAMPA. **Sra. Mariza** – É esse. **Sr. João Farias** – É que nós vamos passar por um processo de reformulação no HABITASAMPA, que está sendo discutido. Vamos apresentar novas formas e novos produtos numa discussão que estamos fazendo num novo contrato com a COHAB, inclusive mudando o formato do contrato anterior. Isso daí já está em elaboração com nossa equipe técnica e vamos apresentar todas essas ferramentas, é isso que acho que a Vanessa está colocando, numa próxima reunião, porque aí já conseguiremos avançar do ponto de vista técnico, porque como é uma área de informática, isso tem que ser tratado também com os técnicos para ver a melhor forma de disponibilizar informações e de uma forma também que fique acessível para as pessoas poderem entrar no sistema e buscar as informações que achem necessárias. Então, com relação ao HABITASAMPA nós estamos pedindo esse prazo, para terminar todo esse procedimento, porque também vamos ter que inserir maior número de dados dentro do HABITASAMPA. Então, as questões que estão ainda, eu não sei se terá o HABITASAMPA, podemos tratar diretamente com a Secretaria e nossa equipe e fornecer todas as informações necessárias aos movimentos. Mais alguém? **Sr. João Bosco** – Boa tarde. Sou João Bosco, sou Conselheiro eleito. Não seria nenhuma observação quanto a isso, só um convite aos colegas: no dia 16, João, fizemos um encontro na Câmara. Considerando que a Câmara Municipal já havia aprovado uma proposta para discutirmos habitação. Até gostaria de convidar todos os demais. Foi aprovada na Comissão de Administração Pública, a ideia é composta pelos Vereadores Gilson Barreto, do PSDB; André Santos, do PRB; Jonas Camisa Nova, do DEM; Zé Turin, do PHS; Janaina Lima, do Novo; Alfredinho, do PT e Vereador Nonato. Esses são os vereadores que compõe a Comissão de Finanças e Administração. A ideia é fazermos quatro audiências públicas. Desse encontro do dia 16 marcamos para fazer regionalizado, vamos fazer isso norte, sul, leste, oeste, para daí fazermos um seminário. Qual o objetivo do seminário? Junta Poder Municipal da cidade de São Paulo, o Governo do Estado e o Governo Federal para ver se conseguimos ter alguma clareza na produção de moradia. Estamos discutindo aqui um monte de coisa e sabemos que o orçamento de 2018 a 2019 prevê alguma coisa em nível de prefeitura, estado? Não. Então, vamos ver, pelo menos os colegas que foram eleitos, que saímos às ruas têm lá dois, três. A Esther está aqui, a Mariza, todo o pessoal que foi eleito, saímos às ruas e tem lá um batalhão de gente. Então, este ano vai sair alguma coisa? Vai se produzir moradia este ano? Não. Estamos discutindo o projeto? Sim. É interessante? É. Mas até que ponto? Fazer pelo menos no ano que vem. Quem estiver interessado em participar das audiências públicas e do seminário deixar o nome, endereço. Hora que marcar avisaremos para todas as pessoas e vamos discutir isso com muita seriedade. O esforço do João, o esforço da Secretaria é grande? Sim, mas é pouco. Que disponibilidade você tem? De repente você quer fazer um monte de coisa e não tem. Talvez possa até surgir daí um caminho para aproveitarmos. Só isso. Obrigado a todos. **Sr. João Farias** – Obrigado, xará. Deixe-me aproveitar o ganho do xará, o lapequino já chegou e vamos entrar na discussão da PPP, mas até a título de informe, aproveitando a informação do João Bosco, dizer que estamos à disposição. A Câmara não nos acionou para esse evento, mas com certeza irá nos acionar e vamos com certeza. Estamos num processo tanto na COHAB quanto na Secretaria de discutir e pensar alternativas de possibilidade de novos projetos habitacionais para a cidade de São Paulo. Evidente que isso se dá principalmente por conta das dúvidas que se tem em relação ao Minha Casa Minha Vida, em especial no que diz respeito à questão do Faixa 1. Inclusive amanhã logo pela manhã estou indo para Brasília, com o Celso Matsuda, Secretário Nacional de Habitação, e com o responsável da Caixa Econômica Federal pelos programas habitacionais aqui de São Paulo. E também estaremos na Câmara dos Deputados visitando alguns parlamentares para discutir emendas coletivas em São Paulo, com os deputados de São Paulo para a área da habitação. Mas de qualquer modo já viemos tomando algumas iniciativas para tentar amenizar o impacto que a falta de recurso Minha Casa Minha Vida possa ter em São Paulo. Então, a título de informe, a Câmara Municipal de São Paulo votou na semana passada uma lei, atendendo a um pedido da Secretaria de Habitação, que alterando o limite de aporte da Prefeitura Municipal para os programas habitacionais de até R\$20 mil para até R\$120 mil. Essa possibilidade está criando dois objetivos efetivos. O primeiro objetivo, temos um empréstimo com o Banco Santander no valor de R\$200 milhões, que deveria ter sido investidos em aportes para empreendimentos habitacionais da Faixa 1, porém, a Caixa Econômica Federal não lançou este ano nenhum empreendimento Faixa 1 em São Paulo. E esse dinheiro tinha prazo para ser gasto, sob pena de a prefeitura inclusive pagar multa de R\$1 milhão por mês por conta da não utilização do prazo estabelecido na aprovação do empréstimo, que inclusive foi endossado pela Câmara Municipal. Tinham duas alternativas: uma alternativa era redistribuir esse recurso nos empreendimentos já em construção, aí talvez aumentar a celeridade e velocidade de construção, mas efetivamente do ponto de vista de unidade não

acrescentaria nenhuma unidade a mais. Ou fazer o que fizemos, que era tentar mudar a lei na câmara. Ir para Brasília e alterar a forma de aporte desse recurso do Minha Casa Minha Vida. Qual é a ideia? Se tivermos o aval de Brasília amanhã, temos tudo para ter, a Prefeitura de São Paulo vai construir aproximadamente 1.600 unidades habitacionais com esse recurso em parceria com a Caixa, em parceria com o Governo do Estado, só que com uma diferença, quem vai ser o aporte majoritário na construção não mais será a Caixa Econômica, e sim a Prefeitura Municipal, porque vamos aportar aproximadamente R\$90 mil por unidade para garantir a construção de mais 1.600 unidades, exclusivamente para a Faixa 1, não é para atender outra situação que não seja a Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida em São Paulo. Essa é uma forma inclusive da cidade de São Paulo sinalizar para o Brasil de que a Prefeitura de São Paulo entende que se o Governo quer mudar o nome do programa, se quer mudar critério do programa é um direito legítimo dele, mas que tem que ter um programa do Governo Federal para atender a população de baixa renda, que tem um perfil caracterizado pelos critérios do Minha Casa Minha Vida Faixa 1, que é a principal e grande demanda, por exemplo, da nossa metrópole. A grande pressão que a Secretaria Municipal de Habitação teve aqui é que a população de maior vulnerabilidade social, aquela que hoje está vivendo numa ocupação, é aquela que está vivendo numa área de risco, é aquela que está vivendo em área de mananciais e dependem de programas como o que tem hoje do Minha Casa Minha Vida Faixa 1, para atender essa parcela importante da sociedade. Então, é uma forma de a prefeitura também mostrar que está se mexendo. Vamos em breve discutir aqui com vocês, porque já começamos essa discussão internamente no Governo, a possibilidade de alteração da lei do FUNDURB no que diz respeito à obrigatoriedade de gastar 30% dos recursos do FUNDURB para aquisição de terrenos. Vivemos outra realidade, hoje São Paulo não carece tanto de terreno para construção de empreendimentos habitacionais em área social. Carecemos de dinheiro. O terreno hoje não é nosso grande problema, nosso maior problema hoje é a falta de recurso. Quando vínculo 30% dos recursos do FUNDURB obrigatoriamente para aquisição de terreno eu engesso uma quantia significativa de dinheiro que poderia, por exemplo, servir para aportar outros empreendimentos habitacionais, além de eventualmente você desapropriar uma área que seja estratégica. Ou seja, então estamos querendo dar uma amplitude maior à questão da utilização dos 30%, que é obrigatoriamente destinado para habitação, mas que não fique vinculado exclusivamente à questão de aquisição de terrenos ou desapropriação de área. Evidente que esse é um debate que tem que ser feito inclusive com os movimentos organizados, com o Conselho Municipal, com o Conselho do FUNDURB, depois Câmara Municipal. Já só para contextualizar, João Bosco levantou uma preocupação que é perfeita, que nós também com essa preocupação já começamos a pensar outras alternativas. Temos uma negociação avançada com o Banco Mundial, onde existe a possibilidade de um aporte de 100 milhões de dólares na cidade de São Paulo, para um projeto de urbanização e revitalização. A discussão é uma parceria nossa com a Secretaria de Urbanismo. Uma parte desse recurso viria para ser investido na revitalização de prédios no centro de São Paulo, com retrofit, consequentemente a destinação para habitação de interesse social. Está num estágio avançado com o Banco Mundial. A probabilidade de termos êxito na aprovação do projeto é grande. Então, as notícias, em que pese parecerem não ser muito positivas por conta da preocupação em nível federal, São Paulo, até por determinação do Prefeito Bruno Covas, está se mexendo para ter resposta a pelo menos uma parte do prejuízo que possamos vir a ter caso o Minha Casa Minha Vida não volte a ser um programa prioritário do Governo Federal para atender essa faixa da população mais vulnerável. Então, era mais a título de informe, em outra oportunidade poderemos inclusive aprofundar nessa questão, mas queria agradecer ao lapequino, que teve as justas férias nesse período. Volta agora, cheio de pepino. Começa hoje podendo nos falar um pouco sobre essa outra importante política habitacional, mais um programa habitacional. Não vem para substituir nenhum outro, mas para somar e agregar, que é a PPP – Parceria Público Privada da habitação. Passo a palavra ao lapequino. Depois da apresentação dele abriremos para as perguntas e considerações. **Sr. Reinaldo lapequino** – Boa tarde a todos. Me atrasei um pouquinho porque estava em outra reunião em outra Secretaria. O que temos para falar da PPP é que chegamos ao final do primeiro processo de contratação, da primeira etapa nesse programa. Como bem disse o Secretário, a PPP é um programa complementar as ações do programa de habitação no município. Não veio para substituir, nem mitigar, nem diminuir nenhum outro programa. Também não se propõe a atender só a Faixa 1, na medida em que há programas de moradia, a parte de produção mais importante dentro da Secretaria ainda é Faixa 1, FAR, FDS, previsão de entrega salvo engano, pelo menos entre 6 e 7 mil unidades ainda neste ano. Então, a PPP é um programa que vai apresentar seus resultados objetivos dentro de um prazo que não é tão curto, a PPP é de até seis anos, a partir do momento que o contrato é assinado. Foi agora autorizado e vamos começar a proceder a essas assinaturas. Mas para fazer um retrospecto do que é a PPP municipal, aprovamos em agosto de 2017 ainda um programa para 34 mil unidades em PPP. Quem aprova isso? Existe um Conselho Municipal de Desestatização de Parceria, que tem a prerrogativa de decidir sobre todos os processos de concessão e parceria público privada no município. Naquele momento a decisão de encaminhar a PPP dentro do município foi de que essa operação seria desenvolvida dentro da COHAB, por várias razões. Uma delas é de que a COHAB voltasse a ter um protagonismo também em sua atuação. A política de habitação do município não se encerra na SEHAB. A COHAB vinha operando quase que exclusivamente em programas para o FMH. A Lei 11.632, que estrutura a política de habitação coloca o FMH, o Fundo coloca a COHAB como um agente operador desse Fundo. Mas a COHAB é uma companhia que tem Conselho, diretoria, Conselho de Administração, assembleia de acionistas, é regida por uma lei federal específica recente, de 2016, que é a lei das estatúas, portanto, a COHAB tem sua autonomia de atuação também. Dentro dessa lógica que desenvolvemos esse projeto PPP, mas sem deixar de enxergar a questão do desenvolvimento habitacional, porque a COHAB em si, o capital dela, ela não pode fazer a concessão de subsídio. Muito embora na PPP boa parcela do programa implique na concessão de subsídio, na medida em que vamos utilizar recurso do orçamento da Secretaria, que têm lá suas diversas fontes: tem o próprio FMH, sabemos que o aporte é natural do aporte do orçamento do FMH, mas tem FUNDURB, FMSI e outras fontes de recursos não originados na própria Secretaria, no município, seja no Minha Casa Minha Vida, seja no estado, então, existem outras fontes em que fomos buscar intitular esse programa. Aprovamos, portanto, esse programa de 34 mil unidades, sempre com a diretriz forte de que pelo menos 70% das unidades fossem destinadas para o HIS. Aqui quando falo HIS estamos falando de HIS 1 e HIS 2, porque um dos princípios básicos da PPP e das diretrizes fortes que foram colocadas era de fazer uma diversificação de renda. Na medida em que ele é um programa complementar e havia outras ações para a baixíssima renda, Faixa 1, desenvolvemos o programa colocando numa parte não tão desimportante, uma parte significativa nessa mesma faixa, mas atendendo as outras faixas para atender também a legislação. Então, a 11.632 do Plano Diretor sempre fala da distribuição entre as diversas faixas de renda. Se formos ler essa legislação toda, são diretrizes importantes e princípios colocados nessa legislação. Então, a PPP está perfeitamente enquadrada dentro disso. No processo de discussão da PPP colocamos uma consulta pública, obedecendo à legislação municipal, que ficou por 30 dias para receber contribuições. A partir daí desenvolvemos o que se transformou no edital, para 12 lotes. Fomos buscar áreas, que a maioria das áreas não é ZEIS, colocamos um número importante de HIS. Então fomos conformando o edital para 24.950 mil unidades. Essa licitação aconteceu e tivemos êxito para 6 lotes, que significa 13.180 unidades. A partir daí estabeleceu-se a discussão. Dentro do período do

edital tivemos duas reivindicações do edital por conta de discussões com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público, enfrentamos ações populares, enfrentamos uma série de impugnações. Todas elas foram rebatidas e superadas. Julgadas impropriedades pelo Tribunal. Foi o primeiro edital na área de concessões do município que não sofreu nenhuma impugnação do Tribunal. Todos os editais de concessão houve uma determinação expressa do Tribunal de Contas mandando parar o processo, ou promover alterações. No nosso não, houve um processo até singular, segundo o próprio Tribunal, fizemos debates intensos no Tribunal, horas de discussões. Para os técnicos também essa novidade que era a PPP e o Tribunal acabou liberando esse edital sem qualquer interrupção. Em função das discussões obviamente negociamos uns pontos, recuamos em uns, bateu firme em outros. Assim aconteceu também com o MP. Agora estamos nessa fase da contratação desses 6 lotes, 13.180. O mais significativo deles é o lote da área do Ipiranga, da “BR Distribuidora”, que está em desapropriação, vamos finalizar a desapropriação dessa área e ali serão feitas 13.180. O outro lote muito importante é o do Côrrego do Bispo, que já identificamos que necessitava de uma operação integrada com o meio ambiente. O próprio judiciário fez agora um trabalho com uma participação super importante da Secretaria, do cadastramento das famílias que foram desalojadas das áreas de risco. Foram cadastradas e já estão no auxílio aluguel. E viemos com a PPP complementando essa operação para tentar definitivamente implantar o quadro linear colocado pela Secretaria de Meio Ambiente, cumprindo assim também um mandamento da nossa Lei Orgânica Municipal, que determina que a política de habitação deva ser executada de modo integrado à política de desenvolvimento urbano. Então, vamos agora à contratação. Temos um período que organizamos a passagem dessas áreas, a disponibilização dessas áreas, não é exatamente uma transferência, mas uma disponibilização, para que possa desenvolver os projetos. E a partir daí começar execução dos lotes. Nesse processo, a captação do financiamento para execução das obras é de responsabilidade da empresa que ganhou a licitação. Obviamente eles vão recorrer acho que antes ao Fundo de Garantia, mas também vão trabalhar outras hipóteses de captação. Não dissemos onde é que vai captar, a responsabilidade da captação do recurso é dele, mas sabemos que a fonte ainda no financiamento é o Fundo de Garantia. Então, é assim que está estruturado. Nessa distribuição, vamos atender rendas a partir de 1, deixar bem claro que quem tem renda menor do que 1 não está na PPP, essas famílias até 1 serão atendidas em outros programas da Secretaria, da própria COHAB, do FMH. ...[inaudível]... A COHAB tem um dispositivo que pode atender inclusive faixas de renda acima de 10, até 20, e isso não tem nada de ilegal, como o Tribunal de Contas quis fazer supor. Discutimos. E a própria Lei 11.632 tem um dispositivo que em ações integradas admite que se atendam faixas diferentes daquelas que são de 1 a 10. Portanto, do ponto de vista político podemos até discutir, mas do ponto de vista legal estamos absolutamente cobertos e dentro do princípio da diversificação. Isso também foi matéria de questionamento do Ministério Público. Temos pronunciamentos, dizendo “Ah, não atende quem mais precisa”, mas precisamos ter a compreensão dessa complementariedade de programas e ações, sabendo que as outras ações das faixas mais baixas, a chamada Faixa 1, temos na verdade a maior parte da disponibilização do recurso da Secretaria. O recurso da PPP não tem nenhum comprometimento antes que uma unidade seja entregue, não pagamos nenhum tostão enquanto não receber uma unidade pronta, junto com a infraestrutura que está lá determinada em contrato. Então, a estrutura da PPP basicamente é essa. O que se paga da contraprestação é basicamente o subsídio, mas também implica ali, os tributos de uma operação de receita e também a remuneração do capital que tem no empréstimo que a empresa, ou nos recursos que a empresa vai disponibilizar uma parte do capital. No nosso também tem, só que não contabilizamos. Quando colocamos dinheiro do orçamento numa obra, o dinheiro custa alguma coisa. Ao colocar dinheiro na educação ou na saúde, embora tenha os percentuais constitucionais, o município está abrindo mão de outra coisa, é uma disputa de prioridade. Então, na hora que precisamos colocar uma parte do orçamento em habitação, esse capital tem um custo. Está sempre faltando dinheiro para a saúde, então, assim, não pôr mais dinheiro na saúde, pôr ou na área social, pôr na área de meio ambiente é o que chamamos de custo de oportunidade do recurso. Então, temos isso também quando aplicamos nosso dinheiro, só que não contabiliza dessa maneira. Ao tomar um financiamento, quando fazemos um financiamento para aquisição da nossa casa própria numa tabela de 30 anos, se multiplicar o valor da prestação pelo número de prestações vai dar um valor muito acima do que é o valor do imóvel que está adquirindo, por quê? Por que tem ali o subcapital envolvido enquanto esse dinheiro vai sendo devolvido a quem emprestou. É assim que ocorre também na PPP. Portanto, a PPP na essência é uma operação de empréstimo que é feita, o privado financiando o setor público. Porque decidimos fazer uma PPP? Porque ao olhar para o orçamento da Secretaria, todos os compromettimentos, sobrava quase nada para fazer, além do que gostaria de fazer. Tem um orçamento da Secretaria que é de R\$250, R\$300 milhões para investimento, só que esse investimento é em revitalização, projeto, aquisição de terreno, várias coisas. Na hora que vê o dinheiro que vai para produção tem muito pouco, ou quase nada. Então, daria para produzir com recurso próprio não mais que 1.500 unidades por ano em nossa conta. Tem o Minha Casa Minha Vida que tem recurso federal, complementamos uma parte disso e conseguimos avançar um pouco mais de unidades nisso. Olhando para esse cenário, falamos: Não tem outra alternativa, ou fico inerte ou invento outro programa, o município inventa outro programa para poder a médio e longo prazos ofertar uma quantidade maior de unidades, de modo a ir diluindo esse custo, no caso da PPP, ao longo de 20 anos, não é uma concentração de recursos para pagar a PPP em menos de 20 anos. Todo contrato nosso é de 20 anos. Além disso, a PPP não se resume à questão habitacional, ela envolve questão de infraestrutura, prevê a implantação de equipamento público, empreendimentos não residenciais privados, que a empresa que ganha, ela tem que empreender, explorar e ao final devolver esse patrimônio, esse bem ao município. Vai vender ou licitar novamente, mas ela não fica com esse patrimônio. Os equipamentos públicos que ela fizer, ela vai ter que financiar isso, ou as setoriais que estejam nos seus planos estratégicos e planos de metas interesse de acoplar seus projetos a PPP, ela pode alocar recurso dela para desenvolver isso. E esses equipamentos evidentemente são do nosso município, na medida em que eles vão sendo concluídos. Então, a PPP está estruturada para ser habitacional, serviço, comércio. E a parte de serviço que também não se computa financeiramente, mas a Secretaria tem a parte social, isso tudo está dentro da PPP. A PPP ainda tem um serviço, que é o mais importante, que é a manutenção predial por 20 anos. A cada 5 anos tem que pintar o prédio, tem que olhar se não entupiu a parte de encanamentos, sistemas sanitários, tem que ver se os vazamentos, acertar o telhado, todo um procedimento, um protocolo rigoroso, escrito, é um anexo do edital que vai ter que cumprir durante os 20 anos. Tem a questão do apoio condominial, instituição do condomínio, que não se confunde com administração do condomínio. Isso é regido pelo Código Civil, tem todo regimento, escolha do síndico, tudo isso é feito pelos condôminos. O que a PPP tem com esse serviço é o apoio a essa organização condominial, não se mete na administração condominial, isso é prerrogativa dos condôminos. Tem lá todo um trabalho de pesquisa que é feito, um acompanhamento, está no edital, a empresa tem que dar cursos de capacitação financeira, educação ambiental, um complexo de atividades, que não é tão simples assim, que às vezes não conseguimos fazer direito em nossos empreendimentos, na PPP é obrigação das concessionárias. Então, esse é o panorama geral da PPP e fica aberto para as discussões. Só lembrando que a PPP não está em discussão, estamos num processo de contratação dessa primeira fase e vamos dar início aos projetos. **Sr. João Farias** – Vamos abrir para as intervenções: Samira, João Bosco, Mariza, “Nani”, Marcelo, Ve-

rônica, Juliana, Cleide. Não vou abrir segunda rodada, então, quem quiser falar se inscreva agora. Todo mundo que tiver interesse em falar, por favor, já se inscreva, porque não temos todo o tempo do mundo. Preciso me organizar, um monte de gente levantou: Tereza, Evaniza, Manoel, Alexandre Bonfim (Kiko), Paula, Esther, Vanessa, Maria e Mirtes. 17 pessoas. Quero combinar uma coisa com vocês, o lapequino não pode ficar conosco aqui muito tempo, porque ele tem outras agendas no dia de hoje, até porque está voltando de férias, então imagino a correria que está. Não sou daqueles que acha que tem que ficar dando tempo, odeio participar de evento onde o palestrante fala 1 hora, aí vem o retorno: Você tem 2 minutos para perguntar, 2 minutos para falar. Quero pedir para todo mundo sensibilidade e razoabilidade. Se começar se estender, falo “Conclui”, principalmente aqueles que for intervenção. Pergunta é sempre mais rápido. Então, aqueles que não forem fazer pergunta, mas querem deixar sua opinião, que também é legítima, só peço que tente ser o mais objetivo possível, para não impedir que ele possa responder todas as perguntas, está bom? Samira. **Sra. Samira** – Boa tarde. Sou Samira, Conselheira do IAB. Primeiro, vou deixar minha opinião, depois fazer as perguntas. A primeira é que a PPP não vai atender demanda de 0 a 1 salário mínimo, porque não recebíamos muito apresentação da produção habitacional mesmo, em alguns casos específicos um programa habitacional, ainda não tinha sido apresentado no Conselho qual é a ideia desse programa que já está há 2 anos e meio. Então, já que a PPP não atende essa demanda, acho que seria muito interessante que então a prefeitura, a Secretaria apresentasse como vai atender a essa demanda, porque a prefeitura usa bastante recurso público, bastante terreno público e não atende a uma principal demanda que deveria atender, uma demanda habitacional. Vim questionar essa parte, mas vocês apresentaram como resolver isso, acho que a PPP se faz justa. Outra questão é que a PPP não está em discussão, mas ela também não foi apresentada aqui, então, não sei quando poderia ser discutida aqui no CMH. **Sr. Reinaldo lapequino** – Vou responder agora. A PPP não se propõe a fazer isso, mas ela se propõe a atender dentro da legislação municipal. Não foi este Governo que fez o Plano Diretor que está aí, falando que ia atender de 1 a 3, de 3 a 6, HMP até 10. A 11.632 não fomos nós que aprovamos. Para deixar bastante claro, não entendam mal que não queremos, é que a PPP é um programa complementar para atender aquelas outras faixas, que também há quem reclame que não há atendimento. Então, estamos dentro da legislação municipal. Nunca dissemos que a PPP veio para atender a 0 renda, até porque se olharmos toda a legislação municipal nenhuma linha fala de gratuidade. O órgão, um entendimento que pode ter um caráter muito pessoal, muito subjetivo aqui, que quem é o talvez não seja alvo da política de habitação tal qual ela está regulamentada e legislada. Podemos modificá-la e incluir, mas essa é uma perspectiva. Então, a legislação da política de habitação fala de atendimento de renda diversificada, até 10 salários mínimos, então, é dentro desse espectro. Ao falar isso parece que fizemos um programa que estamos abandonando, como disse, é complementar. E as outras ações que são atendidas. Não estou aqui discordando de você, que precisa de mais recurso para a faixa que você citou. **Sra. Samira** – Sua opinião também é minha, por isso que estou pedindo que seja apresentado, que realmente é uma questão que já levantamos algumas vezes, não foi apresentado até agora. A PPP é a primeira das demandas que pedimos de apresentação dos programas e a PPP já não contempla. Não estamos falando da ilegalidade, estamos falando se considera bom programa ou não. Agora vou começar a parte das dúvidas. Qual vai ser o critério de escolha da demanda? Faço todas as perguntas? **Sr. Reinaldo lapequino** – Prefiro responder, porque se todo mundo falar não vou me lembrar do que o primeiro falou. A demanda não muda nada. Temos todas as listas, o Ministério Público em cima, o que vai acontecer, quando vai acontecer. Quando tivermos o projeto aprovado vamos entregar para a concessionária uma lista, cuja formação dessa lista é prerrogativa exclusiva da COHAB, SEHAB, que vai entregar. Da onde vai tirar essa lista? Das suas necessidades. Já vão ser entregues essas famílias catalogadas e ordenadas. A empresa que vai buscar lá, o Cera falou até aqui, as pessoas financiadas. Vai acontecer um fenômeno aí, vai ter gente que não vai conseguir o financiamento. O que vai acontecer com elas? Volta lá para o lugar onde estavam e aguardar o atendimento em outros programas. É assim que vai acontecer, como aconteceu na PPP do estado para o primeiro empreendimento que ficou pronto, foi entregue para uma entidade e foi assim que aconteceu, quem não preenchia os requisitos de crédito era negado. Da onde vai sair? Da fila, das listas, que tem todo um olhar do Tribunal de Contas, do Ministério Público, não vamos inventar lista alguma. Vamos inventar lista onde não tiver, vamos dizer que estivesse chegando lá nos 8 salários: Ah, não tem essa lista aqui, nem na lista da COHAB de renda média. Já vamos abrir uma exceção para aquelas unidades, para aquele empreendimento. É assim que vai funcionar. **Sra. Samira** – Então, esses 6 lotes ainda não tem demanda popular, nem previsão? **Sr. Reinaldo lapequino** – Nem dá para ter, não queremos fazer, porque gera uma ansiedade, uma expectativa desnecessária, porque preciso ter o projeto aprovado. Então, a PPP trata de organizar primeiro a oferta. Ninguém vai subverter as regras de atendimento das famílias. **Sr. João Farias** – Só um adendo, lapequino. Já falei, todo mundo tem que ter claro isso, não pode ser visto como um problema, até porque não é diferente do Minha Casa Minha Vida, que foge da Faixa 1. A PPP tem que ter aprovação do crédito, então, diferente do Minha Casa Minha Vida Faixa 1, de 0 a 1, que você é contemplado mesmo se estiver desempregado, mesmo se estiver com o nome sujo no SERASA, a PPP se utiliza o mesmo critério de aprovação de quem vai passar pelo Minha Casa Minha Vida Faixa 1,5, 2. O Faixa 1 não, até respondendo à Samira, é política habitacional no Brasil que começou em 2003, e que nenhuma cidade do Brasil, nenhum governante se preparou para ter um programa para substituí-lo. É isso que temos que discutir hoje, São Paulo e todas as demais cidades: qual é a política habitacional dos municípios, haja vista que o Governo Federal está sinalizando que não vai fazer mais investimento na Faixa de 0 a 1 com os critérios de Minha Casa Minha Vida? Porque não se discute só com o ter empreendimento de Faixa 0 a 1, se discute quais critérios. Os critérios para aquisição Faixa 0 a 1 é diferente dos critérios da Faixa 1,5 para frente. Então, é essa medida que temos que começar a discutir. E deixar claro que não é este Governo que está há dois anos sem pensar essa política, os Governos que por aqui passaram e que passaram por todas as outras cidades antes do Minha Casa Minha Vida também não pensaram, porque quem apresentou a solução foi o Governo Federal. Infelizmente parece que vai acabar, então nos cabe agora encontrar outra alternativa. A PPP é uma delas, que atende inclusive quem está na Faixa 1 e que tem condições de crédito. Não dá para dizer que um programa que atende a um público que ganha em torno de R\$2 mil, R\$1,6 mil não é um programa popular só porque exige aprovação de crédito. Ele também é popular, é só um modelo diferente do ponto de vista do critério. Claro, cria mais restrições, não atende e não resolve a demanda da população de maior vulnerabilidade, porém, não tem nenhum programa no Brasil hoje que resolve. O que tinha acabou, temos que trabalhar para criar outro. **Sr. Reinaldo lapequino** – Só um complemento aí, você disse bem, tem uma parte da Faixa 1 que a PPP alcança, não é desprezível, quem ganha entre R\$1 mil e R\$1,6 mil, que é a Faixa clássica. Mas tem outra coisa, que é o seguinte, existe uma fração, uma parcela de população, o projeto têm duas áreas, vamos erradicar duas favelas que estão em área de APP, área de risco, que é Côrrego do Bispo e a favela do Violão. A PPP está expressamente dizendo que vamos atender aquelas famílias que vão ser reassentadas dali. Então, colocamos até 15% das unidades é prerrogativa da Secretaria e atende 15% das unidades, atende do jeito que quiser, quem quiser, dentro do regimento que tem para atender a legislação pertinente. Mas o que vai acontecer aí? Para fazer isso vai ter que compensar o recurso que a concessionária teria se conseguisse o financiamento, que é o que chamamos de avançamento. Isso vai exercer dentro do HIS 1, que é quem tem de 1 a 6

salários, que consegue alavancar muito pouco, portanto, o desembolso dele também é relativamente e comparativamente a todos de uma unidade inteira, vai ser muito pequeno, então, pode se interessar. Assim que tivermos a definição do projeto “Não, quero 15% dessas unidades porque quero colocar esse público aqui”, então, a PPP traz esse elemento expressamente. Falamos aqui genericamente. Se ele quiser mais, existe um dispositivo que pode, você pode arbitrar os contratos administrativos de obras. Se eventualmente a Secretaria tiver interesse, quiser aumentar e arbitrar o contrato poderá requerer uma ou outra unidade para atender situações específicas de fragilidade. Há uma regrinha lá, não é assim tão à vontade do dirigente do momento. Não é um número desprezível também. Pode fazer locação social, algum outro tipo de comercialização dentro das regras municipais, da Resolução 32 tem. Dentro da PPP tem um percentual de unidades que pode, a critério do Secretário, da Secretaria se agregar para demandas específicas. **Sra. Samira** – Só mais uma questão ligada a isso. Você já começou essa parte. Acho que até mais, vi umas fotos aéreas dos lotes, acho que não são só dois que tem ocupação, né? **Sr. Reinaldo Iapequino** – Só dois. **Sra. Samira** – Eles já têm cadastramento? **Sr. Reinaldo Iapequino** – Uma parte do Córrego do Bispo está sendo feito agora, mas no Violão teve um chamamento, a quantidade eu não sei qual é aqui agora, já está para fazer atendimento. Já está em discussão com as entidades. **Sra. Samira** - O que acontece, por exemplo, vai atender as pessoas que estão lá? E se elas não se enquadrarem nos critérios do programa? **Sr. Reinaldo Iapequino** - Quando falamos atender é sempre dentro dos critérios legais. Lá tem gente que já recebeu unidade, não vai ter direito, digamos assim, ao atendimento, não é a PPP, ali é em situações normais que acontece. Se você encontra dentro de um grupo, mesmo você fazendo o reassentamento e essa pessoa já recebeu atendimento, já foi beneficiada pela política, já recebeu subsídio, ela vai ser atendida, não é na PPP. (Conversas paralelas) **Sra. Samira** - Não estou falando da questão de atendimento, pessoa que passa no critério de renda. **Sr. Reinaldo Iapequino** - Esses 15% podem ser ampliados. (Conversas paralelas) **Sra. Samira** - Vocês fizeram essa conta? Por exemplo, o lote 12 que foi um pouco mais detalhado é uma área bem grande de ocupação. Lá mesmo vão atender toda aquela população e ainda trazer outras unidades? Porque acredito que 15% não atende todo mundo que está lá. **Sr. Reinaldo Iapequino** - Essa é uma discussão que vamos ter que fazer de ampliação da PPP, dos 15%. Mas certamente vamos encontrar e possamos fazer o financiamento. **Sra. Samira** - Quem não tiver? **Sr. Reinaldo Iapequino** - Quem não tiver vai entrar nos critérios. Não consegui o atendimento vai entrar em outro programa, como acontece em outras ações, como concessão de prédio, por exemplo. **Sra. Samira** - É um programa habitacional do município, ou do estado. **Sr. Reinaldo Iapequino** - Reintegração, tem gente que vai ser atendida e tem gente que não vai ser. **Sra. Samira** - Até 15% eu acho muito difícil o lote 12 atender, então a prefeitura vai ter que pagar um monte mais. **Sr. Reinaldo Iapequino** - É cedo para dizer, mas vamos incluir a entidade. O edital da PPP tem uma flexibilidade. **Sra. Samira** - A prefeitura aportando mais? **Sr. Reinaldo Iapequino** - Assim como ela teria que colocar para construir unidades. **Sra. Samira** - Mas qual foi o critério para esses terrenos se vocês pegaram diversas ZEIS e área de ocupação no caso? **Sr. Reinaldo Iapequino** - No caso do Córrego do Bispo é o problema, é área de risco, é área ambiental. **Sra. Samira** - Não seria um caso muito delicado para fazer uma PPP? Já que é uma área de risco não poderia ser um programa da prefeitura e não da PPP? **Sr. Reinaldo Iapequino** - A primeira vez que ouvi falar do Córrego do Bispo foi em 2007. Tivemos todas as oportunidades de 2007 para cá para fazer. Alguém ia colocar o Córrego do Bispo dentro de uma ação? Alguém ia fazer 3 mil unidades só no Córrego do Bispo? **Sra. Samira** - Desculpa, essa é uma preocupação de vocês. **Sr. Reinaldo Iapequino** - Você está perguntando e estou respondendo. Senão fosse pela PPP, alguém estaria olhando para o Córrego do Bispo? **Sra. Samira** - Se alguém tinha que olhar era a Secretaria, são vocês mesmos. **Sr. João Farias** - A ação da PPP, Samira, é olhar para o Córrego do Bispo. Têm duas formas de olhar para ele hoje, como posso olhar para um monte de área em São Paulo: Que coisa, o que vamos fazer? Não tem solução, não tem mais o Minha Casa Minha Vida Faixa 0 a 1, não tenho dinheiro. Vamos ter que esperar. Quais alternativas que tem? Apareceu uma PPP. Qual das áreas em São Paulo tem um problema sério, que é área de risco, precisa ter desocupação porque pode ter problema? A região do Córrego do Bispo é uma, conseguimos incluir na PPP? Conseguimos. Qual é o problema? Não vai dar para atender todo mundo. Espera aí, vamos discutir um problema por vez. A PPP é uma alternativa real, positiva, que não vai atender toda aquela população, é fato, porém, temos a possibilidade de atender boa parte dela e discutir uma alternativa para aquela que de um jeito ou outro uma hora tem que tirar de lá, seja para colocar num apartamento, ou num outro empreendimento, porque onde ela está pode morrer, como estamos fazendo com o Morro dos Macacos no dia 11 de junho agora, porque às vezes não é uma questão de opção, é uma questão literalmente de necessidade, de obrigação, de responsabilidade. Entendemos que aquelas famílias tem que ter uma opção efetiva do Poder Público. Fato, nós não eximimos aqui nossa responsabilidade. Agora, não posso só por conta da justificativa que não tenho recurso para atender 100%, meu recurso só vai permitir atender 50 com moradia definitiva, vou esperar ter recurso para atender 100%, e não atender os 50 agora e encontrar uma solução paliativa para os outros 50, até ter a moradia definitiva. Qual é a paliativa? Vai ser o auxílio aluguel até que encontremos uma solução efetiva para aqueles que não foram contemplados na PPP. É uma questão muito prática, aqui não tem questão ideológica, política, é questão prática. Se não fosse dessa forma hoje possivelmente em breve seria um muito pior, é uma decisão judicial para reintegração de posse por conta de área de risco, ou uma interdição da Defesa Civil, sem solução nenhuma para aquela população. A PPP é uma alternativa. Pode não ser a ideal, pode não ser a melhor, mas é uma. As outras vamos tentar construir juntos. João Bosco. Vamos fazer assim, três pessoas e ele responde. **Sr. João Bosco** - Bem rápido. Parabéns, tecnicamente eu achei interessante sua colocação, politicamente bom, agora, não se esqueça do social, porque todo pessoal aqui que está numa conta, tem um monte de gente com salário de R\$1 mil, R\$1 mil e poucos reais, se for pagar R\$600 na prestação, R\$200 de condomínio, pagar água e luz, quanto tempo ele vai ficar nesse apartamento? No final do mês não come, não vive. Então, dê uma atenção especial para o social. **Sr. João Farias** - Mariza. **Sra. Mariza** - Estamos indignados enquanto Conselheiros, porque já pedimos um seminário faz tempo, desde que o Iapequino nos trouxe essa proposta das PPPs. Continuamos com muitas dúvidas. Desde esse dia não teve seminário e hoje estava até pensando que ia ter uma apresentação, temos vários questionamentos e o Iapequino acabou de nos falar que estão questionando as coisas, está tudo ok. Mas para nós enquanto movimentos de moradia não estamos satisfeitos. É isso que o João falou, a Samira falou, que estamos muito preocupados, porque a maioria das nossas demandas é família que ganha até R\$1 mil, ou ganha Faixa 1. Essa questão do percentual que você apresentou, já respondeu à Samira, queremos saber de fato quantos por cento irão ser atendidos da Faixa 1 para a PPP, não está bem claro para mim. Sobre os critérios do enquadramento da demanda. Quais vão ser de fato esses critérios? Você falou também, mas ainda não estou convencida. A questão da escolha, nós do movimento moradia vamos poder apresentar demanda? Quais vão ser os critérios das entidades? Fiquei com muitas dúvidas, infelizmente hoje estou insatisfeita dessa apresentação novamente. Pedimos muito, porque temos uma responsabilidade enquanto coordenação, enquanto representantes do Conselho para nossos movimentos. Estamos insatisfeitos, até porque temos experiência com o Governo do Estado. Você falou “Se as famílias não enquadrarem voltam ao programa”. Mas se estamos aqui pensando para tirar nossas demandas que estão inseridas no movimento para ser atendidas num programa habitacional vão voltar para a fila? Qual fila vai ser? Vai voltar para o movimento ou vai ficar na fila do Go-

verno de novo? Estamos muito preocupados com isso. Não estamos saindo daqui satisfeitos enquanto Conselheiros, os outros companheiros vão falar, mas sendo dessa forma que nos foi apresentado, enquanto Conselheiros, também vamos entrar com outra ação. **Sr. João Farias** - “Nani”. **Sra. Nani** - Boa tarde a todos. ... (inaudível)... Endosso todas as palavras da Mariza, não vou repetir, mas o descontentamento do Conselho, acredito que vários companheiros não vão sair daqui contemplados, até porque deixamos muito claro aqui neste Pleno, em vários momentos pedindo inclusive esclarecimento das PPPs, que fizesse reunião com o movimento, viemos acreditando nisso desde o ano passado. Outra coisa é não estar em discussão a PPP, acho que tem que estar em discussão sim, por que não está em discussão? Acho fundamental. Então, pergunto, qual é a atribuição do nosso Conselho? Então, tem que estar em discussão sim. Esse é o meu descontentamento. A pergunta que quero colocar aqui é a seguinte: vão atender a Faixa 1,5, certo? Estou equivocada ou não? Correto? A renda é até R\$2.862, mas começa onde, a partir de que renda? A outra aqui está respondida, vai de R\$5 mil até R\$9 mil. Onde começa essa renda na outra? Sabemos que é até R\$2.862, mas a partir de quanto começa essa renda? A outra pergunta que gostaria que fosse respondida: Como se deu a escolha de uma entidade que vai atender o lote 1 de Heliópolis? Vai ter o edital para os outros? Os movimentos também vão poder se inscrever, vão poder encaminhar a demanda? São essas duas perguntas que gostaria que fossem respondidas. **Sr. João Farias** – O Iapequino responderá e iremos para outra rodada. **Sr. Reinaldo Iapequino** - Quando desenvolvemos o projeto da PPP estivemos aqui no Conselho, não sei se houve uma renovação aqui, mas se você pegar as atas, apresentamos tal qual falamos agora. Não houve seminário, apresentamos aqui. Essa PPP não está mais em discussão, já esteve em discussão, teve consulta pública, passou por um processo de controle dos órgãos externos. Nos próximos estaremos com disposição para discutir. Mas quero repetir uma coisa, a PPP nasce na COHAB não é por acaso. A COHAB tem ação própria. Estamos sempre discutindo, são os fóruns de discussão, debate, mas rigorosamente a COHAB não se submete à Lei 11.632 nas ações próprias dela, a não ser naquilo que está lá, que ela atua como agente operador do FMH; não estou dizendo isso de forma arrogante, estou dizendo aqui de forma legal. No caso da PPP desenvolvida na COHAB, se fosse desenvolvida na Secretaria o Conselho teria prerrogativa de deliberar inclusive. Sendo feito na COHAB, e a legislação permite que seja feita na COHAB, é uma questão autônoma da companhia. (Manifestação fora do microfone) **Sr. Reinaldo Iapequino** - Fui chamado para explicar e estou tentando explicar. (Manifestação fora do microfone) **Sr. Reinaldo Iapequino** - São os canais legais disponíveis. **Sr. João Farias** - Vamos seguir. Depois todo mundo que está inscrito vai falar. **Sr. Reinaldo Iapequino** - A Faixa 1 recomeça o atendimento em 1 salário mínimo, até 10 salários mínimos. Não usamos o conceito, não faz chamamento, se refere ao Faixa 1 como referência, porque Faixa 1 é um conceito do Governo Federal, usamos os conceitos do PDE, que é HIS 1, HIS 2, que está no Plano Diretor, que encaixamos Faixa 1 do conceito federal no conceito de HIS 1. Começamos atendimento HIS 1, que é de 1 salário, até 10. Dentro dessas 13 mil unidades, até 3 salários mínimos temos 3 mil unidades, depois vai distribuindo isso para as demais, sendo que até 6 salários temos 72% das unidades distribuídas para o que chamamos de HIS, no caso da PPP, de 1 a 6. Você falou do Heliópolis, de entidade. Ninguém atribuiu as unidades, foi uma concorrência internacional. Ganhou uma empresa para desenvolver o projeto, não é entidade que vai executar, é uma empresa contratada, como se fosse uma licitação de obras. Se tivesse um recurso próprio não seria feita uma licitação para uma empresa. Como as entidades tratam, várias entidades que fazem seus programas aqui têm empresas contratadas, então, não é a entidade que vai fazer. (Manifestação fora do microfone) **Sr. João Farias** - Vamos seguir? **Sr. Reinaldo Iapequino** - Posso continuar? (Pausa) Quanto à demanda, a PPP não cria demanda, a lista das famílias vai sair dos critérios que a Secretaria e a COHAB têm dentro das regras que estão aqui definidas, sob o olhar de todos os órgãos de controle, ninguém vai ousar, inventar na criação de lista. Essa lista é formada, ordenada e entregue para a empresa. A empresa não vai deliberar quem entra. Vai pegar, fazer a triagem de documentos, auxiliar, ajudar a organizar os documentos da família e entregar ao agente financeiro, se for Caixa, à Caixa, se for outro, ao outro. Lá discutir as questões de obtenção do crédito. Essa empresa vai apoiar, orientar, ajudar a corrigir, acertar o nome para tentar viabilizar o financiamento. É assim que vai funcionar. **Sr. João Farias** - Marcelo. **Esqueci seu nome. Sra. Mirtes** - Mirtes. **Sr. João Farias** - Você está inscrita, se interromper toda hora, primeiro, é um desrespeito com quem se inscreveu na sua frente. Segundo, com a pessoa que está falando. Precisamos ter um entendimento aqui, quando um fala o outro ouve. Você vai ter direito a falar e quando chegar sua oportunidade pode inclusive falar tudo aquilo que achar que tem que falar. Mas quero pedir para tentar manter a nossa bagunça organizada, para podermos seguir aqui. Marcelo, por favor. **Sr. Marcelo** - Boa tarde. Sou da Associação Comunitária Nova Heliópolis, eu faço parte do grupo da COHAB, agradeço pela oportunidade da fala. O que percebemos é que de gestão para gestão, a parte da Sociedade Civil é sempre informada depois. Acho que se temos um Conselho Deliberativo aqui, aí o Iapequino falou que teve uma ação junto à COHAB em relação à PPP. Falo por mim, porque é a primeira vez, quero aprender muita coisa aqui neste Conselho, durante o tempo que estiver aqui quero participar e ser útil, mas que possamos deliberar e que sejam atendidos todos os programas que passam por aqui, que os movimentos acabam procurando e ter esse entendimento, até porque os movimentos têm suas responsabilidades, têm seus grupos, têm suas respostas para dar na sua base. O Poder Público passa, quem não passa somos nós que estamos na base o tempo inteiro. Tem algumas décadas que trabalho no Heliópolis em relação à moradia e programas. Peculiar em Heliópolis é que os grupos eu vejo trabalham mais de atendimento social em obras que acontecem durante as gestões. E os movimentos procuram atender essa demanda dentro da região e discutir na Secretaria, sempre foi assim, não nos apegamos muito em fazer construção de unidades. Acho que foi um erro estratégico nosso nesse sentido de não fazer essa leitura de procurar mais terrenos, como outras entidades fizeram unidades habitacionais. No entanto, essa questão da PPP passa de uma forma que, novamente, Iapequino, que você fala o seguinte “Nesse primeiro momento vamos discutir a PPP”, já informando a PPP da forma que foi feita. **Sr. Reinaldo Iapequino** - Desse lote. **Sr. Marcelo** - Só que no segundo momento você fala que podemos discutir com o Conselho Municipal essa questão da PPP. Poderia ter sido feito antes, acho que o Conselho conseguiria também contribuir na construção da PPP, além de tirar dúvidas, dentro da lei, também formular as questões, essa questão da Faixa 0 que não tem. A preocupação é: o cara com salário mínimo, qual é o percentual que vai pagar na prestação? Isso vai subindo. Também estamos vivendo de alguns anos para cá uma “puta”, desculpa a fala, de uma dificuldade financeira para todo mundo, como ele vai usar o FGTS dentro dessas faixas? Nunca digo não para nada, mas temos que fazer uma construção positiva seja em qual for o programa. Tenho meu posicionamento onde trabalho na minha região, falo isso sempre. Agora, por outro lado, não pode ser irresponsável de deixar que a qualquer momento, qualquer local que seja feita intervenção da PPP deixar gente fora do programa, por que isso vai sobrar para quem? Para a Secretaria de Habitação. E o Conselho mais tarde fazer o quê? Devolução para atender as famílias que não foram atendidas na PPP. Vai cair no colo do Secretário, de quem estiver aqui para poder atender. Com todas as dificuldades que temos, viemos para tentar construir, dentro das PPPs, outro programa, desde que consigamos atender de fato quem realmente necessita do atendimento. É muita gente... **Sr. João Farias** - Conclui. **Sr. Marcelo** - Vamos tentar fazer da forma melhor possível. **Sr. João Farias** - Verônica. **Sra. Verônica** - Boa tarde Iapequino, boa tarde Secretário, boa tarde a todos. Secretário, quero te fazer uma pergunta: “vi ação” do prédio do centro para reformar.

Têm umas propostas surgindo. Se conseguir assinar um contrato de compra do prédio, a gente já viu que vai vir para a Caixa. Mas nesses casos pode fazer junto com a prefeitura, para subsidiar a entrada das famílias? **Sr. João Farias** - Podemos discutir, a priori diria que hoje a prefeitura não tem recursos para aportar reforma de nenhum prédio. **Sra. Verônica** - Quero que o senhor aporte entrada das famílias. **Sr. João Farias** - Veja, o aporte que a prefeitura faz hoje é em construção, não existe ainda nenhum aporte da prefeitura em prédio já existente, seja ele depois para fazer a reforma, seja ele sem reforma. Estamos discutindo a possibilidade de enfrentar aqui em São Paulo uma política de retrofit nos prédios ocupados do centro. É evidente que se a senhora tiver uma proposta dessas, traga para a Secretaria. Vamos fazer um estudo da viabilidade técnica, financeira e legal de a prefeitura entrar com esse aporte, com essa parceria. Claro que estamos dispostos a discutir. **Sra. Verônica** - O que quero dizer, no Minha Casa Minha Vida Faixa 1 tinha os R\$20 mil que era para subsidiar as famílias. No centro as famílias estavam pedindo que esses R\$20 mil fossem de entrada para as famílias. Talvez não precisasse dos R\$20 mil, poderia ser no CPF da família, diferente do que foi feito. Então, preciso de 5, ela precisa de 4, ela precisa de 3, e assim por diante. **Sr. João Farias** - Esse é um debate que tem que ser feito. Os R\$20 mil que a prefeitura faz aporte no Minha Casa Minha Vida é para construção, ou seja, faça aporte para construção de cada unidade, não é por pessoa. **Sra. Verônica** - Dá no mesmo. **Sr. João Farias** - Não dá no mesmo porque estou discutindo aqui o que é lei. A lei fala que posso pôr em construção, não posso dar para a Dona Maria, que comprou um apartamento no prédio no centro e precisa de uma reforma. Posso dar na base, é o conjunto da obra que dá o preço de quanto será aplicado pela Caixa Econômica Federal, pelo parceiro que pode ser a prefeitura, e pelo parceiro que pode ser o Governo do Estado, que dá um valor por unidade, mas que inclui toda estrutura da obra, não só em construção do apartamento. Mudamos essa lei na Câmara agora e transformamos em até R\$120 mil por conta desse empreendimento que pretendemos fazer com o recurso do Banco Santander. Não descartamos hoje no município a discussão de carta de cessão de crédito individual, é uma discussão prematura, porém, que se faz necessária, até porque com a falta do Minha Casa Minha Vida Faixa 1, como falamos sobre isso, uma das possibilidades, por exemplo, é a prefeitura subsidiar a entrada de apartamentos, ou de residência para mutuário. Estamos discutindo várias possibilidades. Essa é uma delas. Mas não dá para ser nesta lei que você citou, que essa lei é muito específica para construção. **Sra. Verônica** - Não sei como vai ser, onde vai ser, só que vai ter que acontecer em algum lugar, porque a hora que o Programa Minha Casa Minha Vida 1 acaba, mesmo a família que ganha 1,5 salário mínimo não tem o aporte de entrada, às vezes não tem FGTS, nem nas PPPs vai conseguir entrar, por isso estou falando com o senhor. Talvez se o senhor junto com o Conselho, junto com os movimentos pudesse fazer uma discussão desse tema, poderia até subsidiar famílias para que pudessem entrar no programa das PPPs. Porque fiz um prédio sem ajuda, nada, sei o quanto sofri, o Fernando não acompanhou, foi outra pessoa da Caixa, e a construtora teve que aportar na época R\$800 mil para poder subsidiar as pessoas para entrada na Caixa. Aí as pessoas, durante os dois anos de obra devolveram. Deu certo e conseguimos fazer. Por isso estou dizendo ao senhor, talvez para ajudar as famílias para atender a baixa renda dentro da PPP teria que fazer essa questão de entrada, para poder subsidiar. Claro que o condomínio é alto, a prestação é alta, tem que avaliar bastante isso, porque depois as pessoas não conseguem morar. Quero perguntar mais uma questão. Nós, movimento, vamos ter que ceder nossa demanda para a COHAB para poder ser atendida dentro da PPP? Porque até agora não entendemos, Secretário, vamos trazer uma lista? Como é que fica? Vai ser uma licitação entre as entidades? Quem tiver mais tempo, não sei o que, os critérios que têm lá. Está meio confuso isso, Secretário. Obrigada. **Sr. João Farias** - O Iapequino terá de sair daqui a 10 minutos, porque tem um compromisso no Palácio. Antes de respondê-la, fazer mais três pessoas, você responde tudo de uma vez. Vamos manter a palavra de todos. Se puder responder as perguntas que forem feitas, responderei. Se não puder, serão registradas e no momento oportuno o Iapequino, ou alguém da COHAB encaixina a resposta aos Conselheiros. O Dudu e eu responderemos o que pudermos, o Nilson da COHAB está aqui, vai continuar aqui, se puder ajudar. Mas o Iapequino tem um compromisso com o Prefeito inadiável. Juliana. **Sra. Juliana** - Boa tarde. Vou ser bem breve. Meu questionamento é sobre a característica desses imóveis que foram colocados no programa. Fora o Córrego do Bispo, algum outro terreno tem preocupação com famílias? Essa é uma dúvida. Agora, já há sinalização que há outros terrenos ocupados e que possivelmente essas famílias já estejam lá há muito tempo, pegando como exemplo o desastre que foi a remoção do Córrego do Bispo, embora tenha tido ali uma participação da Secretaria de Habitação, é preciso colocar que muitas famílias estão desamparadas do processo de remoção do Córrego do Bispo. Aqui foi sinalizado que algumas famílias, não a totalidade, porque ali mais de 2 mil famílias foram atingidas, mas que uma parte das famílias poderá ser atendida na PPP, onde vai ser implantado ali no lote 12. Mas assim, fica uma pergunta de que, primeiro, a maior parte dessas famílias não se enquadra nos critérios de uma PPP. Segundo, foi desconsiderado no processo de remoção, que tinham famílias que moravam lá há mais de 30 anos. Essas famílias foram colocadas no auxílio aluguel, quem conseguiu, quem teve sorte, no auxílio aluguel por 12 meses. Então, se houver a perspectiva de atendimento dessas famílias que foram removidas no empreendimento, esse auxílio aluguel será renovado até o atendimento? O que foi falado aqui é que não existe uma demanda fechada até Faixa 1 se por acaso Faixa 1,5 se enquadrar naquele empreendimento, dentro dos critérios. Então, o que quero dizer com isso? Que essa informação que temos aqui, essa irrisignação das pessoas é porque estamos discutindo um programa habitacional que é complementar, não é para resolver o problema habitacional, mas que temos um problema habitacional nevárgico. Então, estamos aqui discutindo um programa que não trata da sujeira embaixo do tapete. Então, minha dúvida é, por exemplo, aqui nesse lote de Santo Amaro, vai atender, por exemplo, a demanda do Córrego dos Zavulus, que foi removida lá em 2007 por risco e até hoje aguarda atendimento? Então, discutimos uma PPP para uma faixa de renda, ou para uma característica de famílias que não vão se enquadrar, e pego isso como exemplo na própria PPP ali da São Caetano, onde foi um parto acompanhar a tentativa das famílias de se enquadrar nos critérios, então, a todo o tempo as famílias tomavam um não e ficavam tentando se adequar à regra. Então, ficava compondo renda com familiar, sendo que na verdade não dispunha daquela renda efetivamente, era uma renda informal, e depois aquela parcela ia para R\$800, R\$900. Teve caso de família – Posso afirmar porque o Centro Gaspar Garcia indicou famílias para aquele empreendimento – teve casos de famílias que devolveu apartamento porque não era pagável. Então, enfim, isso trata de uma situação que não traduz o problema do município. Então, minha dúvida é, se dentro disso que está sendo viabilizado de alguma forma está sendo considerado pela Secretaria de Habitação também um problema que se arrasta dentro da Secretaria de Habitação. É isso. **Sr. Reinaldo Iapequino** - A questão das entidades, até aquele exemplo colocado anteriormente. Existe um dispositivo no edital que as entidades podem aderir ao programa, com sua demanda. Como é que se viabiliza isso? É aquela história, pode vir por adesão, porque sei que há movimentos, há uma tendência contrária à aceitação da PPP, então, deixamos uma janela. Quem tiver disposição faz uma adesão. Vai poder trazer sua demanda, que neste caso de entidade vai prevalecer o critério do chamamento, se fosse acontecer o projeto pelo Minha Casa Minha Vida. **Sra. Mariza** - No dispositivo tem os critérios? **Sra. Juliana** - No caso dos terrenos do chamamento, é isso? **Sr. Reinaldo Iapequino** - Todos os casos de FAR, FDS que estão no chamamento, não tem financiamento do Minha Casa Minha Vida vão poder aderir. Qual é o limite disso? É recurso, porque como disse, quando se fizer isso, é

a empresa que vai desenvolver o projeto, que é quem ganhou a licitação, ela conta com uma parte... **Sra. Evaniza** - Se ela estiver no perímetro? **Sr. Reinaldo Iapequino** - Não necessariamente, deixamos aberta uma discussão. Se vocês forem ler o edital. Fizemos aberto. É claro que mostramos preferencialmente no território da mesma subprefeitura de onde tiver a adesão, mas vamos ter adesão, por exemplo, de entidade que tem empresa que ganhou licitação de outro lugar. Santo Amaro, por exemplo, é um lote, veja bem qual é a situação. Não teve licitante do lote de Santo Amaro, então não tem PPP em Santo Amaro, então, o Córrego do Jaburu vai continuar na lista dos outros programas. Quería eu que tivesse, que aí iam discutir se dos 15% uma parte do Jaburu poderia entrar. Então, é um caso típico, voltamos à estaca zero. Então, se a PPP não é, ninguém está dizendo que é panaceia, todos os males, se é ruim, pior sem ela. No caso do Heliópolis, não tem PPP em Heliópolis, as 3.500, mas tem uma série de outras atividades lá. Essa PPP vem somar a tudo que já foi feito. Talvez a ação mais intensa da Secretaria de Habitação hoje seja em Heliópolis, podem me corrigir porque não estou envolvido diretamente nesses processos, então, a PPP vem somar. Não vai resolver o problema de todo mundo. Quantas famílias moram em Heliópolis? Quantas pessoas precisam de moradia em Heliópolis? 40 mil, 20 mil, não sei. Estamos conseguindo fazer alguma coisa lá. Santo Amaro ficou sem. Verônica, a resposta da entidade está dada, é possível fazer por adesão, a demanda é da entidade, aí vamos ter que ter uma conversa com a Secretaria. O recurso compensatório é para a empresa que iria auferir um recurso desse financiamento de um agente financeiro. A parte que é da alavancagem é da família. Então, a família que ganha 1 salário, por exemplo, qual é a alavancagem dela? Mas é da ordem de R\$40 mil, R\$45 mil. O financiamento, ela vai comprar um apartamento que vai valer R\$180 mil, R\$160 mil por R\$40. Esses R\$40 mil, a empresa que ganhou a licitação espera receber do agente financeiro. Fizemos a PPP porque não tinha esse dinheiro. Mas a entidade já estava dentro da programação, de ter até os aportes municipais. Se não vai ter o aporte lá na Caixa, pode ter o aporte aqui na PPP. Então, é um problema que vamos levar ao nosso Secretário. Mas está aberta a janela para fazer as adesões. É claro que se formos imaginar as 8.500 unidades que têm nos chamamentos, eu listei, têm 8.500 unidades em estado de chamamentos, acho que tem três ou quatro projetos contratados efetivamente, de terrenos alocados pela COHAB, pela SEHAB e terrenos que a entidade trouxe dentro do que temos, FAR, FDS para entrar. Estamos com uma PPP de 13 mil, não consigo trazer para dentro 8.500. Tudo aquilo que não será possível em curto prazo desenvolver pelo Programa Minha Casa Minha Vida não consigo resolver pela PPP. Se tivesse esse dinheiro não precisava fazer PPP, faríamos nós toda essa operação. Então, vamos ter que ter aí um arbitramento em função do recurso que for disponível. O fato concreto é, quando tivermos a PPP contratada não vai ter nenhum elemento mais avançado para executar efetivamente o empreendimento. Tem chamamento de 2015, já vai para quatro anos; 2014, já vai para cinco anos. Alguns conseguiram, sabemos, fizeram contrato, mas e os outros? A PPP também nesse aspecto, dados os limites, vai ser um instrumento: Tem aqui, apareceu um recurso lá, em vez de ele ficar desenvolvendo alguma coisa que vai transcender até a gestão dele, têm também os prazos, tempos políticos para serem considerados aí: Prefiro pôr aqui, resolvo, que atende lá os critérios da entidade. Vamos ver a questão de financiamento, vai virar Faixa 1,5, é um debate que vamos fazer nessa migração. Vou precisar me retirar. **Sr. João Farias** - Agradeço ao Iapequino. Continuaremos aqui, espero junto com o Adjunto sanar todas as dúvidas. Obrigado. **Reinaldo Iapequino** - Obrigado. **Sr. João Farias** - Cleide. **Sra. Cleide** - Já me sinto contemplada. **Sr. João Farias** - Tereza. **Sra. Tereza Lara** - Boa tarde a todas e todos. Sou Tereza, da Associação Estrela Guia e Central dos Movimentos Populares. A minha preocupação é a seguinte, quantos por cento dessas demandas que estão no auxílio aluguel entrariam? Se temos 35 mil pessoas no auxílio aluguel eu tenho uma preocupação muito grande, como a Dra. Juliana colocou, quantos anos faz. Isso nos traz um desconforto, porque R\$400 para cada família, e atrapalha, porque você não pode investir em outro projeto, porque tem que continuar pagando. Se essas famílias não entrarem nesse projeto por causa do salário vão ficar no auxílio aluguel novamente. É uma grande preocupação nossa. Se pegar, tem o projeto do Heliópolis, que o Secretário colocou que ainda não tem demanda, as empresas que vão ver isso ainda. Como é que vamos fazer, Secretário? Sou da mesma região – Só que não moro em Heliópolis, sou da mesma região – como é que vamos atender a demanda do auxílio aluguel da nossa região? Estou falando do meu umbigo, não estou falando do umbigo de São Paulo. Outra coisa, estou falando como Conselheira, mas como entidade posso mandar uma demanda, sentar com vocês e construir uma demanda? Geralmente a demanda do nosso pessoal não entraria, se chacoalhar a peneira não vai passar nenhuma, porque vai ser muito alto e não vão ter condições. Secretário, esperamos todo esse tempo, quando nos colocaram sobre PPP ficamos felizes, nos interessava aprender muito mais, queríamos ouvir isso. Para nós era uma coisa muito boa, quanto mais informação ao Conselho seria bem melhor. Mas levamos preocupação para casa disso que nos trouxe. Precisamos nos sentar, Secretário, para discutirmos mais um pouco sobre tudo isso, para aprender muito mais. **Sr. João Farias** - Tereza, só para te responder rapidamente. Temos aproximadamente 29 mil pessoas no auxílio aluguel hoje, não são 35 mil, mas, mesmo assim, 29 mil é um número elevadíssimo. Segundo, desses 29 mil devemos ter até o final do ano uma diminuição significativa porque estamos com vários empreendimentos em andamento na cidade, seja PAC, seja recuperação de mananciais, seja de alguma intervenção urbana, que os empreendimentos devem ser finalizados uma parte ainda este ano. Temos expectativa de que até o final do ano entreguemos 10, 11 mil unidades. No ano que vem, em 2020 pelo menos mais 12, 13 mil, atingindo as 24 mil que estão em obras de empreendimentos existentes no município, que vêm muitos, desde 2008, 2009, outros 2011, que fez com que muita gente esteja no auxílio aluguel até hoje, são famílias que foram removidas de áreas que teve ocupação urbana, ou que eventualmente estava em área de risco, porque o número de pessoas no auxílio aluguel por conta de decisão judicial e vulnerabilidade é muito menor do que aquelas que foram removidas por conta de alguma operação da prefeitura. Então, a diminuição do auxílio aluguel vai ocorrer de forma automática por conta dessas entregas, também porque vamos fazer um recadastramento em breve do auxílio aluguel, porque o entendimento é que o auxílio aluguel que as pessoas estão recebendo tem que estar dentro do que estabelece a Portaria 131, ou seja, exclusivo para auxílio aluguel. Ou se a pessoa não mora em São Paulo, está fora do país ou do estado, não está pagando aluguel, não tem sentido que continue recebendo auxílio aluguel. Então, a ideia é conseguirmos ter uma radiografia melhor de como está a situação das famílias que recebem o auxílio aluguel nesse período. Então, é só para esclarecer essa questão para você. Estamos sempre abertos ao diálogo, estamos à disposição para marcar reuniões, conversar quantas vezes forem necessárias, não temos nenhuma dificuldade de dialogar. Evaniza. **Sra. Evaniza** – Boa tarde. Evaniza, da UMM. Tenho uma dificuldade bastante grande de compreender o edital a questão das composições financeiras. Primeira coisa, o Secretário falou no início que os terrenos não serão doados, serão feitos em forma de concessão. O valor dos terrenos entra no valor da unidade a ser financiada pelo resultado final? Ou entra como subsídio? Entra como? Para entendermos como será a distribuição dos terrenos, os que são próprios municipais. Os que ainda não são da prefeitura, alguns terrenos que não são da prefeitura ainda, qual é a forma de aquisição? O privado vai adquirir os terrenos? A prefeitura vai desapropriar e concessionar os privados, que é o caminho, né? Essa seria a primeira questão dos terrenos. Em seguida, também causou dificuldade de entender qual vai ser o aporte do município no programa. Vou até usar um exemplo que foi dado aqui, se a família vai entrar no programa pela Faixa 1,5, ela vai ter tanto de financiamento, infelizmente uma família na faixa

dos R\$1,5 mil o valor do financiamento que ela consegue é bem baixo. Valor de financiamento, valor de subsídio do Minha Casa Minha Vida Faixa 1,5 ainda sobra uma diferença provavelmente. Essa diferença será aportada pelo Poder Público ou terá que ser aportada pela própria família como forma de entrada, como seria se eu fosse comprar um imóvel no mercado? Como é que funciona essa equação para as famílias da Faixa 1,5, Faixa 2 e Faixa 3 também. Você já tem esse cálculo de quanto de dinheiro a prefeitura terá que investir efetivamente para viabilizar? E a terceira parte também que fiquei bastante confusa, você falou que a fonte pode ser FGTS, mas podem ter outras fontes. Outras fontes terão outras regras. Então, se entendi como foi explicado, o privado recebe o terreno em concessão. Constrói. Comercializa e, portanto, a família deve ao financiador, se for FGTS, ao FGTS, sendo outro, a outro. E a questão das contraprestações envolve exatamente o quê? Já tem dimensionado financeiramente qual o valor que a prefeitura envolve nesse processo? Então, é basicamente de dinheiro, não consegui entender as contas e quanto isso impacta num orçamento do município, em que rubrica a cada ano de efetivação da PPP. **Sr. João Farias - Manoel. Sra. Evaniza** – Poxal! **Sr. João Farias** - Já vou responder, até porque vou responder parcialmente, não tenho todas as informações que você passou, como você sabe, a PPP e eu somos novos aqui, então, estamos nos conhecendo. **Sr. Manoel** - Já fui contemplado pelos anteriores. **Sr. João Farias** - Alexandre Bonfim (Kiko). **Sr. Alexandre Bonfim (Kiko)** - Primeiro, estava perguntando às companheiras quando foi a última reunião do Conselho, que nem me lembro. Era para ter acontecido na quinta-feira. Mudou. Ficamos muito tristes que o companheiro que estava aqui não teve tempo para se preparar e ficar até o final. Acredito que todos que estão aqui vieram para esta reunião por conta dessa PPP. Aí fica mais do que claro na fala do companheiro – Não gosto de falar, tem que estar aqui para ouvir – que parece que a Faixa 0 desde o Governo Federal não está contemplada, não faz parte deste mundo. Faixa 0 tem que ser igual tartaruga, tem que ter a casinhas nas costas. Ou igual João-de-barro, fazer sua casinha você mesmo. A discussão que ele disse que teve aqui sobre a PPP não ficou bem claro. Acho que não aconteceu, só se eu estiver maluco. Ele fala que o Chure estava presente. Agora, atual Secretário, ver se podemos aprofundar essa discussão, porque ainda temos muita dúvida. Não pode vir falar que o fato está feito e acabou. Acho que entendi errado, quando ele fala na primeira pergunta: A lei foi feita pelo outro, o que vale é a lei, não vou fazer agora. Isso é muito ruim: ou segue a lei ou não segue. Ou não existe lei, não existe Conselho. Para que estamos aqui então? As coisas são decididas e estamos aqui só para dizer Amém. Não estamos aqui à toa. Muitos trabalham, se programam para estar aqui. Até mudou a reunião que se programou. Chega aqui e não está aqui para responder nossas perguntas, mas faz parte. A pergunta é: à medida que se viabiliza a construção de mais de 13 mil unidades habitacionais na cidade, ou seja, ao longo dos anos, se vão dar dois, três ou seis anos, um investimento previsto de aproximadamente R\$2,2 milhões pela iniciativa privada e com terrenos concedidos pelo município. Se todos os terrenos são concedidos mesmo pelo município? E se existe processo de desapropriação em curso? Para sabermos sobre isso, porque temos muita dúvida aqui, mas quero ser breve, porque temos mais pontos para discutir e estamos parados nisso daí. **Sr. João Farias** - Vou começar responder aquilo que me sinto preparado para responder, começando pela pergunta do Alexandre Bonfim (Kiko). Primeiro, Alexandre Bonfim (Kiko), todo mundo tem o direito de falar o que quer e pensa, respeito, a essência da democracia é respeitar o contraditório, opinião diferente. É evidente que não concordo com suas observações, mas respeito, entendendo que é legítimo, perfeito, não será esse impeditivo para continuarmos avançando, não temos nenhuma dificuldade de discutir a PPP aqui no Conselho Municipal, só não podemos achar que a competência de decidir se a PPP vai acontecer ou não é do Conselho Municipal, porque neste caso específico não é, porque está regido por outras regras, que são as regras das concessões do município. Lógico que o fato de se tratar de questão habitacional, até por uma questão prática e respeitosa é fundamental que o Conselho possa opinar, conhecer, deva ter conhecimento, possa dar sugestões. Aí, se não foi feito no passado, não posso responder por aquilo feito lá atrás, mas posso dizer que não temos nenhuma dificuldade em dar continuidade a este debate, porque uma parte do lote da PPP inclusive tem um deserto. Eram 12 lotes, apenas 6 teve proposta. Então, nada impede que continuemos a discussão. Segunda coisa, aí é um pouco do meu estilo, meu jeito sincero. A PPP é para 20 anos, estamos discutindo como se fossemos começar as obras no mês que vem e no ano que vem um monte de gente fosse pegar a casa, o pessoal que não é Faixa 1 para cima não vai pegar casa. A PPP é um projeto iniciado para 20 anos. Algumas podem começar ainda este ano, posso dizer a vocês que acho que a Petróbrás, até por conta da disposição dos ganhadores do lote é possível que comece cedo para entregar no ano que vem, mas não necessariamente essa regra é para todas. Essa é a primeira coisa. A segunda, fico ouvindo alguns aqui falar e parece que antes da PPP existia um grande programa habitacional na cidade de São Paulo para a Faixa abaixo de 1, que acabou e agora entrou a PPP. Não existia, o que existia e o que existe no Brasil é o Minha Casa Minha Vida, que é totalmente subsidiado pelo Governo Federal, e que hoje o atual Governo Federal – Não estou discutindo se o Governo está certo ou errado, tenho minha opinião em relação a isso e acho que a maioria sabe – fez uma opção de não dar continuidade à política habitacional para atender essa população de Faixa até 1. Essa decisão não é da Prefeitura de São Paulo. E os prefeitos que aqui passaram, inclusive o que está e os que o antecederam, só produziram unidade habitacional nos últimos 10 anos através do Minha Casa Minha Vida Faixa 1. Ou produziu de outros? Alguém aqui pode me falar algum outro programa habitacional para a população de vulnerabilidade que vai até Faixa 1, feito pelo Haddad, Kassab, Serra... **Sra. Samira** - Tem certo tempo. **Sr. João Farias** - Tem certo tempo, desde a gestão do Michel Temer e vem diminuindo, mas se você pegar a gestão do Michel Temer já foi assinado uma série de contrato de FDS, inclusive para algumas entidades que estão aqui, e que o Governo atual... **Sra. Samira** - Desde 2016. **Sr. João Farias** - ...e que o Governo atual brecou. Então, vamos pegar o seguinte, a Prefeitura de São Paulo não está acabando com Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida. Muito pelo contrário, a Prefeitura de São Paulo está dando uma mensagem para Brasília, que ela acha que tem que continuar com Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida – Por isso estou indo para lá amanhã, por isso mudamos a lei na Câmara para estabelecer a construção de mais 1.560 unidades, por isso estamos nos reunindo aqui. É lógico que se for para fazer só discussão paralela também posso fazer, entrar na onda: Meter o pau no Governo Federal, não foi previsto no orçamento, não tem nada no orçamento, não tem dinheiro, a prefeitura está com dificuldade financeira, o país está em recessão. Também dá para fazer discussão paralela. Não é essa nossa intenção. Sou daqueles que acha que o município tem que cobrar alternativa para arrumar moradia para essa população, porque a pressão na Secretaria de Habitação é dessa população, não é de quem vai participar da PPP, porque a PPP é um instrumento importante, porém, é muito similar ao que existe do Governo Federal, que hoje Minha Casa Minha Vida Faixa 1, 2, 3, antigamente era FAR, que é para quem tem nome limpo, mínimo de renda, pode financiar e o Governo eventualmente entra com um pouco de subsídio. O grande problema habitacional do Brasil e em São Paulo é com a população que não tem renda, que têm problemas com o nome, que têm filhos em situação de vulnerabilidade, que não trabalham, que tem renda informal, que não pode financiar porque renda informal não serve para as instituições financeiras, que era o que atendia Minha Casa Minha Vida de 0 a 1. Então, quero pedir a vocês, fazer um apelo, não vejam a PPP como adversária de quem defende o atendimento à habitação de população de baixa renda, de 0 a 1, porque nós da prefeitura, o Secretário, o Prefeito estamos empenhados em tentar encontrar uma alternativa para o pepino que o Governo Federal colocou no colo de todas as prefeituras, não só da de São Paulo. Mas

especial da capital, porque a quantidade de demanda que temos. Vamos conseguir resolver? Não vamos, assim como não resolveu quando tinha Minha Casa Minha Vida Faixa 1, mas vamos achar uma alternativa, vamos construir isso juntos. Então, ao invés de ficarmos nos apegando aqui para dar pau na PPP, e vou repetir, cada um tem sua opinião, inclusive alguns têm opinião do ponto de vista ideológico, que é legítimo, respeito. Mas não é ela, vocês podem ter certeza absoluta que será a bandeira prioritária da política habitacional da cidade de São Paulo, porque sabemos qual é o público que precisamos atender. Eu sei, o Bruno sabe, o presidente da COHAB sabe, ela é mais uma ferramenta para atender um público em São Paulo que também precisa de unidades habitacionais. E se não tiver uma ferramenta que permite acontecer não vai ter. E mais, a PPP leva muito pouco, quase nada de recurso da municipalidade. Aonde ela começa a captar recurso? Por exemplo, quando entramos num terreno, começando a responder a pergunta da Evaniza, veja, se utiliza da PPP o mesmo critério que se utiliza no Minha Casa Minha Vida. Você tem que fazer uma composição de tudo isso. E é claro que o terreno entra na composição do custo da obra. Como a prefeitura subsidia uma parte do empreendimento utilizando inclusive um percentual desse empreendimento para atender uma demanda específica dela, a composição do preço no geral é que vai definir qual é a participação de cada ente. É evidente que a participação maior é da iniciativa privada, porque cabe a ela o aporte imediato para a construção das unidades. Não acontece como acontece, por exemplo, dos empreendimentos da Caixa: começa a obra. Mede uma parte. Recebe o dinheiro. Vai continuando a obra. **Sra. Evaniza** - Ela não vai poder comercializar o começo? **Sr. João Farias** - Ela até pode comercializar o começo, mas ninguém começa a pagar no começo. Posso estabelecer quem vai morar, mas a pessoa começa aportar recurso... (Manifestação fora do microfone) **Sr. João Farias** - Vou pensar eu, ente público, que resolvei que vou ter 15% daquela parte que me permite de até 1%, que vou fazer o subsídio para chegar ao preço daqueles 15%. Só começo a fazer esse aporte depois da unidade entregue. E nas prestações também vou ter aporte, elas são diluídas da quantidade de prestações, não é um aporte direto, bruto, de uma vez só. **Sra. Evaniza** - Do estado é direto. **Sr. João Farias** - Do município é diluído. **Sra. Evaniza** - Onde acho isso? **Sr. João Farias** - Não sei te dizer, porque estou reproduzindo aqui o que já ouvi dos técnicos que elaboraram o edital. Não consegui decorar o edital inteiro pelo tamanho dele, mas tive uma reunião com os técnicos da COHAB para entender a PPP, me passaram informações, conhecer um pouco. Não participei dessa construção, não estava na Secretaria na época, nem como Adjunto, muito menos como Secretário, eu era Secretário de Esportes, nessa época discutia futebol, vôlei, handebol, queimada, enfim, confesso a vocês que na verdade é mais gostoso. Então, posso levantar, marcar uma reunião e discutir. Mas posso garantir que a intervenção do município do ponto de vista de aporte financeiro, além de ser menor do que é hoje no Minha Casa Minha Vida, é de forma diluída, e se dá a partir do momento do empreendimento pronto. Então, cabe às construtoras a responsabilidade de aportar recurso para começar, terminar a obra, para poder inclusive começar a receber o investimento dela. Ela vai ter lucro? É óbvio que vai ter. Vocês já viram alguém construir alguma coisa de graça para a gente? O Minha Casa Minha Vida as construtoras que fazem também tem lucro. Essa matemática, essa equação de aporte dos recursos como vai se dar, se vai ser por critério de concessão, te peço, se me permitir, marcamos uma conversa. **Sra. Mariza** - Poderia marcar uma extraordinária. **Sr. João Farias** - Não vejo nenhum problema, uma pauta específica sobre a PPP. **Sra. Mariza** - Uma apresentação, dados. **Sr. João Farias** - Fechado, vamos marcar. Todo mundo de acordo? **Sra. Mariza** - Preparamos essa pauta, as questões. **Sr. João Farias** - Ótimo, Samira, me passe antes as principais dúvidas que já vou passar ao pessoal da COHAB: As dúvidas são essas, nos faz uma apresentação em cima das dúvidas e discorremos de forma mais tranquila. **Paula. Sra. Paula** - A questão em relação à PPP eu deixarei para a próxima extraordinária. Fiquei com uma dúvida em relação ao que você falou do investimento do Banco Santander, que temos duas opções. Uma são as obras que estão em construção, outra são as novas. Estão optando 100% pelas novas ou estão pensando nessas em construção também? **Sr. João Farias** - Temos duas possibilidades. Esse recurso, para vocês entenderem, dos R\$200 milhões já temos depositado na Caixa Econômica Federal aproximadamente R\$60 ou R\$70 milhões, que foram destinados como aporte para alguns programas de entidade que já estavam aprovados na Caixa. Não vou me lembrar do nome de todas, mas lembro do nome de um: Copa do Povo, era um aporte da prefeitura, dos R\$20 mil para aquela unidade, o Copa do Povo é um deles, o FDS que ia dar aporte, o projeto executivo estava aprovado na Caixa Econômica. Já tinha passado pela fase 1 da Caixa Econômica, o Governo Federal veio e paralisou. O dinheiro está lá reservado, carimbado e ainda não foi utilizado porque o Governo Federal não autorizou a Caixa Econômica a soltar o recurso para se iniciar de forma efetiva o empreendimento do Copa do Povo e mais outras entidades, não me recordo o nome agora, que soma esse montante. Dos R\$130 milhões, estão R\$30 milhões depositados na conta da prefeitura e R\$100 milhões no Banco Santander aguardando o ok da prefeitura para fazer o aporte. Fizemos uma opção, tínhamos dois chamamentos longos, que foram feitos em 2014 na zona leste para construção de 1.580, 1.560 unidades, sendo uma parte em Guaianases e uma parte em Itaquera. Se conseguíssemos mudar a lei da Câmara, como já foi alterado, e a Caixa Econômica se convencer e aportar R\$16,9 mil conseguimos imediatamente começar as obras, porque já tem chamamento, já tem área, já tem empresa contratada. É só dar ordem de serviço, inicia as obras, vamos ter mais 1.560 unidades para atendimento exclusivo da Faixa 1. **Sra. Evaniza** - Não estão cancelados no Ministério? **Sr. João Farias** - Não estão cancelados, não teve aporte da Caixa Econômica Federal, não é FDS, é o FAR. **Sra. Evaniza** - O ministro cantou de galo que cancelaram. **Sr. João Farias** - Ele não cancelou, o que preciso hoje, só consigo efetivá-lo, mesmo sendo o majoritário e o aporte, se a Caixa Econômica for parceira, porque o chamamento está na Caixa: achar outra área, licitação, todo aquele procedimento. Nossa opção, se conseguirmos o aval do Governo Federal, da Caixa amanhã, acho que vamos conseguir, da Caixa R\$16,9 mil, são R\$130 milhões, vamos construir mais 1.560 unidades, sendo 400 e poucas na região de Itaquera e outras 600 e poucas na região de Guaianases. Esse é um debate que temos de fazer juntos no Conselho, ainda não estabelecemos qual demanda será atendida, porque não tem demanda vinculada, não faz parte de nenhuma operação urbana, são 1.560 unidades que vão entrar no crédito da Faixa 1, pode ser pela lista da COHAB, pode ser pela lista do mutirão, pode ser pelas entidades, pode ser uma mescla de tudo isso. Aí vamos discutir juntos como solucionar esse problema oportunamente. Caso não possa usar o recurso que está destinado para os programas de FDS já aprovados pela Caixa, porém, não foram autorizados, terei outros R\$70 milhões, que vamos discutir de que forma vão ser utilizados, podendo inclusive se necessário servir para fazer aportes específicos de alguns empreendimentos que estão faltando para ser concluídos. Então, se acontecer de não usarmos o recurso que já está vinculado, que a Caixa parou, aí vamos discutir os R\$70 milhões. Os R\$130 são para construir as 1.560 unidades. **Sra. Paula** - Essa dúvida era mais por conta do fim do Minha Casa Minha Vida 1, que queria saber se a prefeitura tinha algum plano B, sei lá, por os empreendimentos que estão sendo construídos. **Sr. João Farias** - Um dos planos é a possibilidade de mudança do FUNDURB, que comentei no início da reunião, que disponibilizaria para a Secretaria de imediato R\$204 milhões, que é um recurso que tem para aquisição de terreno. Neste ano uma parte está comprometida em desapropriações, ...(inaudível)..., mas é um valor não muito grande, sobriaria um bom recurso que poderia, por exemplo, ser utilizado para aportes de socorro como esses. Mas ainda depende de um debate que vamos fazer com o Conselho do FUNDURB e Câmara Municipal, mas queremos matar esse assunto no máximo até o final de julho, para ter uma definição até ini-

cio de agosto. Esther. (Manifestação fora do microfone) **Sr. João Farias** - Tem, até agosto. (Manifestação fora do microfone) **Sr. João Farias** - Se passar disso nós vamos ter de usá-lo em algum lugar. (Manifestação fora do microfone) **Sr. João Farias** - Não, porque assinei um contrato com o Santander, preciso honrar senão pago multa, então, o que vamos fazer? Se os R\$70 milhões não puderem ser usados onde estão, na parte para fazer o Copa do Povo – Alexandre, poderia só levantar para mim quais são os outros três empreendimentos, ou entidades vinculadas aos R\$70 milhões, você se lembra? **Sr. Alexandre** - Copa do Povo, Catumbi, Dona Bela. **Sra. Evaniza** - Belém está? (Conversas paralelas) **Sr. Alexandre Bonfim (Kiko)** - Rondon também? **Sr. Alexandre** - Rondon. **Sr. João Farias** - São esses. Se a Caixa Econômica Federal falar amanhã, ou o Governo Federal falar amanhã “Secretário, nós não vamos autorizar o início das obras nesse empreendimento para as entidades que tem o recurso aportado lá”. Vamos pegar os R\$70 milhões de volta e aplicá-los em outro local, ou fazendo aporte em empreendimentos de FDS que estão em andamento e estão com dificuldades financeiras, ou discutir utilização desse recurso para fazer retrofit, enfim, não sei, não me pergunte. O que sei hoje é que temos destino para os R\$130, porque a priori R\$70, trabalho com a hipótese de que o Governo não vai ser tão irresponsável a cancelar projetos tão avançados, por exemplo, no caso do Copa do Povo. Já estava na fase 2 na Caixa Econômica Federal. Já gastaram dinheiro, tem projeto executivo contratado e aprovado, tem uma série de complicações no empreendimento que será uma grande sacanagem receber... **Sra. Evaniza** - Tem cerca de 3 mil unidades. **Sr. João Farias** - Não sabemos o que vai acontecer, é um debate que faremos em breve, Paula, precisamos dessa definição, porque meu prazo é agosto, até agosto tenho de dizer ao Santander onde coloquei o dinheiro. Então, vamos cuidar disso. Esther. **Sra. Esther** - Boa tarde a todos. Só para dizer que já fui contemplada, e a questão da demanda mesmo, se já poderia colocar suas demandas, suas famílias, e já fui contemplada. Obrigada. **Sr. João Farias** - Vanessa. **Sra. Vanessa** - Boa tarde a todos e todas. Sou Vanessa da Secretaria de Habitação, Defensoria Pública. Quero falar aqui, a defensoria vem acompanhando a política habitacional do município e do estado há muito tempo, estamos aqui porque de fato existe uma preocupação com os critérios de atendimento e a forma como será executada a política, o programa da PPP no âmbito municipal. Existe uma preocupação principal com dois pontos. Ouvimos hoje do Secretário, do lapequino falando sobre que isso é só mais um ponto, que é uma complementação da política habitacional do município. Ouso discordar um pouco nesse ponto de que se é uma das políticas do município tem que estar integrada com as demais políticas. Para conseguirmos acompanhar e saber se o município vai garantir atendimento, por exemplo, aos grupos mais vulneráveis precisamos ter informações sobre o programa da PPP, especialmente os recursos públicos que serão destinados a essa política. Essa é nossa intenção de estar aqui, porque a partir da leitura do edital apenas, várias informações que foram solicitadas hoje não constam do edital simplesmente. Então, a defensoria pública tem uma preocupação especial com o atendimento aos grupos vulneráveis, não só os que não têm renda dentro do financiamento da PPP. Não que estejamos dizendo que eles tem que ser atendidos na PPP, não é essa a intenção. A intenção é entender como na política municipal como um todo eles serão atendidos. É uma preocupação justamente porque hoje, você mesmo falou, Secretário, que os grupos que mais precisam são justamente aqueles que não têm renda, de crianças e adolescentes acolhidos, de idosos que não tem renda suficiente e nem podem contratar um financiamento, como dos outros grupos que já estão previstos inclusive na Portaria 131 da SEHAB. Para eles, a revisão da Portaria 131 demonstra que esses grupos não serão atendidos nem pelo atendimento provisório, que dirá pelo definitivo. Então, essa é nossa principal preocupação em relação a esses grupos, qual o planejamento, mesmo que não seja, lógico, não estamos discutindo que a prefeitura ou a Secretaria vai ter do dia para a noite recursos enormes para realizar todas as políticas necessárias, mas com os recursos que existem hoje, com os que podem ser alcançados nos próximos anos, como será feito o planejamento para a política. E não que esse atendimento seja excluído da política habitacional, afinal a política pública, como diz o próprio nome, é pública e precisa estar embasada em critérios técnicos, em estudos técnicos que demonstrem porque um recurso público vai ser destinado para habitação de mercado e HIS 2 ao invés de ser destinado para políticas para grupos, como o senhor mesmo disse, que mais precisam. Outra preocupação com esse edital é justamente com os locais que terão remoção, então, como que, além de não ter, que queríamos perguntar principalmente hoje, que as respostas serão postergadas para a próxima reunião ou para outro momento, queríamos questionar justamente em relação a quais os recursos públicos que estão sendo disponibilizados, porque a PPP a princípio parece muito vantajosa para o Poder Público, mas se você for analisar um pouquinho e começar a questionar, não parece ser exatamente como o lapequino falou, o município não investe nenhum real até receber as unidades, então, queremos saber onde estão esses cálculos de quanto esses imóveis valem, se é concessão ou transferência, qual instrumento será usado para avaliar financeiramente. E quanto todos os outros instrumentos valem. Então, se o município vai desapropriar, qual o custo dessas desapropriações, qual o custo das remoções que ele vai fazer. O auxílio aluguel vai ser pago pela SEHAB? Isso também tem que entrar no custo, por que como a PPP diz “Não vamos ter nenhum custo”, mas vocês já estão assumindo que vão ter que pagar auxílio aluguel, então, onde está o orçamento previsto para isso? Porque a PPP estadual tem um exemplo muito triste, diria, de que no...(inaudível)..., por exemplo, foi gasto um recurso enorme nas desapropriações. Foi construída boa parte dos empreendimentos, a grande maioria das pessoas removidas não foi atendida justamente por não entrar nos critérios de financiamento e estão recebendo auxílio aluguel da SEHAB. Então, no final das contas não é que é um projeto autônomo da COHAB, é um projeto do município com recursos que vem de diversas fontes, inclusive recurso da própria SEHAB, pelo que pareceu. Então, queríamos só pontuar isso, porque nossa preocupação é expressamente com esses grupos mais vulneráveis, como as pessoas serão removidas. Queremos entender, não queremos uma reunião para esses dados, achamos que esses dados tem que ser públicos, como já foi dito aqui, é um tipo de programa que o próprio município contrata uma assessoria para fazer uma engenharia, vai ser complexa, que pelo visto é difícil de ser compreendido, mas que tem ser publicado da forma mais simples possível, porque senão não vamos ter opinião. Acho que ninguém aqui, dos que ouvi até agora, demonstrou, falou, deu opinião sobre a PPP. Na verdade as pessoas estão querendo informação, porque não conseguimos ter uma opinião a princípio só com o edital, justamente por todas as dúvidas que foram apresentadas. Então, faço esse apelo pela defensoria, vamos acompanhar, queremos estar sempre presentes no acompanhamento da execução da PPP, da mesma forma como sempre estivemos acompanhando a política municipal da Secretaria de Habitação como um todo. Obrigada. (Palmas) **Sr. João Farias** - Maria. **Sra. Maria Helena** - Boa tarde. Meu nome é Maria Helena. Fico muito triste, vou ser bem clara. Estou entre esses milhões de pessoas com baixa renda Faixa 1 que não consegue sua moradia. Estava procurando ali na minha bolsa a minha primeira inscrição da COHAB, tem mais de 33 anos e nunca fui chamada. Qual o critério utilizado? Qual vai ser o critério para essa nova fase? Aí posso enumerar aqui que me enquadro na maioria delas: era mãe, chefe de família, minha renda era baixa. Não comprei casa até hoje, porque assim, ou comia, dava comida para meus filhos, pagava aluguel, água, luz, não tinha como pagar prestação de uma casa. E essa é a realidade do povo que está esperando. Então, quando vamos para esses programas, para esses projetos que nos são apresentados, aí passa de um Governo para outro, outro, quando o outro entra “Ah, não lembro, não fazia parte, não sei”. Mas não sabe como, se o povo que está aí consegue ver isso? Não acompanha a política no dia a dia? Não acompanha programa do dia a dia? É cômodo falar

isso, é muito cômodo. Tem uma frase “A verdade de tudo isso é que quem mais precisa está de fora”. Ficou de fora, vai ser excluído de novo. Então, tenho uma preocupação muito grande, que ontem em reunião com o senhor, em algumas colocações, algumas até pertinentes, algumas que dá para eu pensar em começar a acreditar, mas como já escorreguei, já desacreditei, politicamente o povo não acredita mais. O povo que está aí, que elege, que temos de falar disso, está começando a ficar cansado e enxergar o que não está sendo feito para ele. Quando vem a PPP, que é Parceria Público Privada, porque não é parceria público popular – Como o companheiro Donizete, que hoje não está aqui presente, “cansou”, numa passeata que fizemos aqui, viemos até aqui a prefeitura, então, ela sabe – porque parceria público popular seria uma autogestão das entidades? Sou uma parceria com as entidades? Aí acho que falta um pouco de interesse dos governantes de procurar saber mesmo como é que funciona a autogestão. Como que é essa parceria? Será que vocês não vão gastar metade do que estão investindo? Não sou a pessoa mais qualificada para falar disso, mas o pouquinho que sei, tenho clareza absoluta se gastaria metade do que vai se pagar para uma construtora, por quê? Vou dizer, as famílias de baixa renda é que ajuda a reduzir esse gasto, as famílias de baixa renda é que vai para o terreno carpir, carregar tijolo e ajudar a construir. Então, é só uma ideia que passou aqui em minha cabeça enquanto todo mundo estava falando, me senti contemplada com as perguntas feitas, é porque não chamar os movimentos experientes em autogestão para fazer uma parceria com eles. Por que há quantos anos a prefeitura não entrega uma casa? Agora, a prefeitura vai entregar? Vão sim entregar, mas entrega para quem precisa, porque quem ganha R\$4, R\$5, R\$6 mil, nós sabemos que quanto mais ganharmos mais gastamos, mas essas pessoas teriam condições de fazer um financiamento. Essa é a verdade. (Palmas) **Sr. João Farias** - Rapidamente, respondendo à Dra. Vanessa e Mari Helena. Veja, doutora, sem dúvida nenhuma a presença da defensoria pública é fundamental e só contribui no sentido de mostrarmos cada vez mais de que interesse do Governo é inclusive atender uma demanda da cidade de São Paulo no que diz respeito à unidade habitacional, e que estamos atrás de todas as ferramentas possíveis para isso. Quando falamos de unidade habitacional temos que atender e discutir as alternativas possíveis. Aproveitei e acabo respondendo à Maria Helena também, tudo se resume ao famoso e maldito, desculpe-me a expressão, dinheiro, porque para construir preciso do dinheiro, seja com a iniciativa privada, seja em parceria de autogestão, seja em mutirão, seja qualquer nova modalidade que se invente de construção de habitação popular. E a verdade é que o Município de São Paulo e os municípios do Brasil nunca tiveram capacidade financeira sem que tivesse participação efetiva dos Governos Federal e Estadual de implantar uma política habitacional eficiente para atender suas demandas. Então, Dona Maria Helena, o problema não é com parceria com as entidades e autogestão. Acho a autogestão um ótimo projeto, e acho que pode ser uma alternativa para a atual realidade, o problema é o dinheiro hoje para, por exemplo, estabelecer uma parceria com a autogestão. Por último, quero lembrar aos senhores e senhoras, por favor, não é pobre só quem está abaixo da Faixa 1, às vezes acabamos com essa impressão que só precisa de habitação popular quem está em situação de alta vulnerabilidade. É muito diferente quem está em situação de alta vulnerabilidade e quem tem uma situação financeira que lhe impede de ter uma casa própria. Falar que alguém que ganha R\$4 mil, R\$5 mil, R\$3 mil têm condições de financiar um imóvel, depende muito. Por exemplo, somos seis, na época eu era pequeno, meu pai como encarregado de segurança ganhava uns 4 contos. Mas para nos sustentar, com seis filhos, não dava para pagar um financiamento de casa própria. Se a realidade mudou, na época era garoto, não consigo enxergar uma família que tem uma renda de R\$4 mil e não ter ajuda do Governo Federal, ou Estadual que seja para ter a casa própria dele, senão tiver não consegue ter, em minha opinião. Por isso o Governo Federal fez o Minha Casa Minha Vida Faixa 1,5, Faixa 2, que é para atender a população de baixa renda. É diferente de situação de vulnerabilidade extrema, ou de vulnerabilidade. É aí que entra o Minha Casa Minha Vida Faixa 1 para baixo, porque permite atender quem está desempregado, quem tem nome sujo, quem não tem renda comprovada, e ele é totalmente subsidiado pelo Governo. Diferente, porque para mim, doutora, tem uma diferença grande entre vulnerabilidade ocupacional e vulnerabilidade social. Já falei, é opinião pessoal, sou radicalmente contra a Secretaria de Habitação pagar auxílio aluguel, opinião pessoal, para mim deveria estar vinculado ao desenvolvimento social no caso de família em vulnerabilidade. No caso de remoção acho que tem que ser da Habitação, no caso de chave por chave, área de risco, agora, por vulnerabilidade social, que é o critério da Portaria 131, em especial acho que não deveria estar com a Secretaria de Habitação a possibilidade do auxílio aluguel. E hoje a justiça vive tomando decisões judiciais, inclusive de reintegração de posse em área particular e manda a Habitação pagar auxílio aluguel. Veja, para mim isso é contraditório, porque está tirando inclusive dinheiro da Habitação para poder pensar em construir unidade habitacional. Esse é outro debate e podemos fazer em outra oportunidade. Então, acho que na próxima extraordinária vamos buscar responder mais detalhadamente as dúvidas da doutora, o que foi colocado pela Samira, por todos vocês aqui, porém, queria reforçar com vocês, acho que necessário fazer isso, não vejam aqueles que estão na Faixa 1,5 para cima, até o limite de 3 como adversários daqueles que estão na Faixa 1 para baixo, que já são programas distintos, independentemente da PPP. A Caixa Econômica Federal já trata essas pessoas de forma distinta, não vamos nós também tratar, achando que esse programa não é para atender a população de baixa renda, porque é. Não é para atender a população em vulnerabilidade social extrema, é bem diferente. **Sra. Evaniza** - Aqui, quem tem uma faixa de renda, mas tem uma questão que não temos conseguido: faixa de renda exige a mesma análise de risco de crédito, não é nome limpo e não é renda. Depois do nome limpo e depois da renda tem análise de risco de crédito. Quem não morreu até aí, morre na hora. Então, é possível pensar um fundo investidor em parceria com a Caixa, ou com o Fundo de Garantia, é possível ter esse apoio e ter maior acesso à população nesse segmento de faixa, que tenha renda, mas não tem direito a crédito? Porque direito a crédito infelizmente é o seu histórico de crédito, pesa contra você. A Caixa tem hoje o Feirão para limpar, que pode perder até 90% da dívida. Parabéns, só que você fica sujo pelo resto da vida como cliente da Caixa, nunca mais consegue um crédito, então, o que adianta? É igual à limpeza que você faz com pano sujo, limpa e não limpa. Então, acho que precisamos, novamente, sou favorável, sempre fui a trazer recurso do FGTS, mas em quais condições? – O Fernando foi embora, né? – Mas nas condições que tem hoje estamos fazendo que teremos uma avalanche de gente que não acessará os recursos. Estamos trabalhando com essa demanda e todos os dias vemos isso, famílias que teriam condições de renda para acessar um crédito, mas que não acessam as condições de crédito exigidas pelos programas. **Sr. João Farias** - Acho que poderíamos, a partir das ideias, estou tendo uma ideia louca aqui, o Conselho poderia ser o pai, poderíamos tentar promover aqui em São Paulo um grande seminário, um grande debate com grandes nomes que discutem habitação no Brasil, porque não na América Latina, para discutir alternativas de programas habitacionais, em especial para as grandes metrópoles. E tiramos aqui uma carta de São Paulo com grandes propostas a partir dessa discussão e apresentar ao Governo Federal. Veja, hoje você propõe assuntos que é pauta eminente de todos os dias de nossa vida aqui na Secretaria de Habitação, que é discutir novas alternativas de programas habitacionais. Recebi o “MOAB”, Movimento de Moradia na semana passada, tivemos aí 1 hora pelo menos discutindo exatamente isso. E agora, já que não tem mais o famoso Faixa 1, como vamos atender a população em situação de vulnerabilidade? Como é que vai ser agora? Não, mas podíamos pensar essa alternativa, flexibilizar Faixa 1,5, a prefeitura entrar com o terreno, ter a possibilidade de aumentar. Veja, é isso que precisamos fazer. Não vejo nenhuma

dificuldade, muito pelo contrário, até pelo peso e importância que São Paulo tem nesse processo, sairmos na vanguarda e iniciar um grande debate sobre esse tema envolvendo grandes personalidades nacionais, porque não internacionais, para discutir a questão habitacional do Brasil, na América Latina. Os países de 3º mundo têm maior problema hoje com habitação em situação precária, até porque habitação não é só unidade habitacional, temos também a questão que precisamos aprofundar aqui em São Paulo, que é da urbanização das favelas, diminuir o número de famílias em área de risco, em área de manancial. Temos um problema sério de regularização fundiária na capital. Só para vocês terem uma ideia, nossa meta até 2020 é entregar 160 mil títulos fundiários na cidade de São Paulo, de uma cidade que tem por baixo mais de 300 mil unidades habitacionais hoje, que o morador vive na casa, mas não tem o título, muitos não tem endereço, não tem CEP, não consegue sequer abrir uma conta no banco, receber uma correspondência na casa dele. Então, é um debate mais amplo. Estamos dispostos a junto com vocês fazer esse debate. Se vocês toparem a ideia podemos aproveitar as comissões executivas, os grupos executivos temáticos que temos no Conselho Municipal, para já pensar um modelo para esse debate, para esse fórum, os dias, pensar quem poderíamos convidar, a estrutura é da prefeitura e da organização e dar esse pontapé, que acho que sairemos na frente, acho que é uma responsabilidade nossa. (Pausa) O Dudu está falando aqui que pode ser a conferência. É que a conferência tem uma função muito específica, ela é deliberativa, só que você traz a discussão muito para a questão da capital. Quando falo de fazer um debate envolvendo vários nomes é que esse debate habitacional hoje se faz necessário para discutir um problema que é nacional. Acho que inclusive pode aprovar esse relatório da conferência. Podíamos pegar o grupo temático que vai discutir a conferência, Dudu, e ver se encampa a ideia de organizar isso. **Sr. André** - Inclusive, Secretário, fiz um relatório no GT para a conferência, mas vai depender também da boa vontade política da prefeitura disponibilizar infraestrutura, por que o que acontece? Senão ficamos aqui fazendo teorias e a conferência municipal que já foi discussão do GT, colocar em prática isso. No ano que vem é eleição, você está assumindo o problema agora, mas há uma necessidade de a prefeitura encampar essa questão da conferência municipal, até para poder trabalhar. **Sr. João Farias** - Assim que sair a conferência vamos fazer, mais para frente fala com o Dudu, que vai tocar isso lá. Vai sair. **Mirtes. Sra. Mirtes** - Estou satisfeita com a pergunta dos colegas. Não resolveu nada. **Sr. João Farias** - Acho que o seminário é um encaminhamento objetivo nosso, é tarefa nossa com vocês como vai se dar isso, se aproveitando da questão da conferência municipal fazer um evento preliminar. Vamos ao próximo ponto da pauta. 3.2) Urbanização e construção de unidades habitacionais pela COHAB-SP na favela Jacareipe. **Sr. Nilson** - Boa tarde a todos. Sou o Nilson, diretor técnico da COHAB. Só referendo o que já foi falado. O orçamento deste ano previu a urbanização da favela do Jacareipe. Não tem dinheiro, então, estamos fazendo um projeto para 300 unidades lá, para tirar aquela parte da favela em fases. A primeira fase seria tirar aquela parte do alojamento provisório, está lá há 15 ou 20 anos senão me engano, o alojamento existe lá, que é custeado pela COHAB, SEHAB, transferir as famílias do alojamento e fazer as outras fases, para tentar atender aquela favela e remover tudo. Talvez não dê para todos os moradores, porque a favela é bem grandinha, quem conhece a região, ao lado do Shopping Central Plaza, na Avenida do Estado. Então, estão sendo desenvolvidos esses projetos para urbanizar aquela região toda, que é uma reivindicação muito antiga. "Hoje com aprovação do Conselho no Fundo, claro que precisaremos de ações da SEHAB e recursos para construir essa obra". Espero que consigamos licitar este ano para execução no ano que vem, pelo menos a primeira etapa, abranger mais ou menos 100 unidades. **Sr. João Farias** - Antes de abrir para inscrições, o Eduardo vai assumir, preciso me retirar, tenho gente para atender na Secretaria. Voltaremos a nos encontrar em nossas reuniões cotidianas pela Secretaria ou aqui novamente. Boa tarde. - Assume os trabalhos o Sr. Eduardo Debrassi. **Sr. Eduardo Debrassi** - Alguma questão? (Pausa) Pois não. **Sr. Manoel** - Sou o Manoel, sou da entidade Movimentos dos Favelados, vice da Mariza. Só vim comentar sobre essa questão da Jacareipe o seguinte. É um assunto muito sério que vem ocorrendo lá. É um alojamento construído em 2002 para 100 alojamentos. Esse alojamento era para cinco anos, hoje está praticamente chegando aos 16, 17 anos mais ou menos. Na gestão passada corria muito risco, ainda corre risco, mais ainda, mas agora foi amenizado um pouco o risco, porque têm duas caixas de água em cada lado prestes a desabar em cima dos alojamentos, porque a estrutura da caixa de água, a madeira estava sendo corroída. Na gestão passada a COHAB conseguiu arrumar essas estruturas da caixa de água, graças a Deus não corre esse perigo tão cedo de desabar essas caixas de água nos alojamentos. A COHAB foi conversar com a população e justamente fazer um projeto lá para essas famílias, porque é o seguinte, para fazer esse trabalho nos alojamentos, para arrumar essas caixas de água foram retiradas 30 famílias. Essas famílias estão no auxílio aluguel. No espaço que foi tirado as famílias, para não ser ocupado novamente foram feitos dois parquinhos, foi um jeito que achamos para não ocupar o espaço, mas com a promessa de fazer urbanização para essas famílias. Para essas famílias que estão no auxílio aluguel e para essas famílias que estão no alojamento. No dia 28/11/2018 chamamos as famílias numa escola, a COHAB foi lá com um representante técnico, apresentou o projeto. Está aqui em minhas mãos, que no início deste ano faria sondagem do solo, que tem um terreno do lado, ia fazer sondagem do solo e construir a primeira torre. Até o final do ano essa torre estaria pronta. Ai questionamos, esse dinheiro vai sair da onde? A COHAB já tem esse dinheiro reservado. Serão construídas quatro torres, mas a primeira ia ficar para o final deste ano para passar a princípio as famílias que estavam no auxílio aluguel. Depois do dia 28/11/2018 que foi feita essa reunião com a população, até hoje não tivemos nenhum retorno. Falaram que no início do ano ia começar a fazer a sondagem do solo e até hoje nada. O projeto está aqui, não é mentira, está tudo aqui, o rapaz, esqueci o nome dele, que foi lá apresentar para a população, o projeto está todo aqui: as quatro torres, o local onde ia construir essas torres. Então, nossa indignação, nossa angústia é que a COHAB mentiu para o movimento, mentiu para as famílias que ia iniciar esse projeto, e até agora nada. Então, as famílias estão lá a desajar. Queremos saber para onde foi o dinheiro que a COHAB falou que estava reservado? O gato comeu? Então, acho que o Conselho gostaria de saber onde foi esse dinheiro que estava reservado para isso? Muito obrigado. **Sr. Nilson** - Manoel, é o seguinte, esse dinheiro vem de um repasse... (inaudível)... a ser repassado pelo FUNDURB, que ainda não aconteceu. Isso vai acontecer esse mês, perguntar ao Secretário, quem vai fazer o repasse disso para poder dar contrapartida para começarmos as coisas. E teve uma mudança nesse projeto, está tentando adensar mais a área da PPP junto àquela faixa próxima do rio. Estamos fazendo estudos para viabilizar mais unidades, que é o que interessa naquela região. **Sr. Manoel** - Então, com tudo isso que você está falando, que é coisa nova para mim; como estamos aqui representando as famílias, gostaria que você pudesse agendar uma reunião, chamar a comunidade, o movimento para passar isso para todos nós, diante dessa mudança do projeto. **Sr. Nilson** - Sem problema, tranquilo, é só agendar. **Sr. Alexandre Bonfim (Kiko)** - Vou falar um pouquinho, sou lá da região. Vocês fazendo o estudo, tem mais área pública lá que está ocupada por prédios, está cercada e não tem nada. **Sr. Nilson** - Onde está falando? **Sr. Alexandre Bonfim (Kiko)** - Bem no cumezinho da Rua Vila Prudente, entrando na Rua Duas Barras, têm mais área lá. Então, dá para poder fazer. A outra preocupação, o Manoel está passando que colocaram parquinho para congelar a área. Ver se o que será feito, hora que começar a obra você sabe que aí aparece um irmão, e assim vai. Ali tiveram três incêndios e sabemos que tem gente lá do começo. Tem gente que foi contemplada há alguns anos e voltou para lá. Foi contemplado, mandado para outros projetos, que antigamente era um papelzinho lá do Maluf, e estão lá de novo. Então, essa é

a preocupação, que não venham depois outras pessoas, porque para congelar área é difícil, não conseguimos segurar no peito, né, Manoel? É difícil. Então, é um trabalho que tem que ser feito conjunto com a COHAB. **Sr. Nilson** - Os parquinhos não são feitos para as pessoas entrarem. Aquelas caixas de água estão muito perigosas, o Manoel sabe dessa situação. As madeiras estavam podres, as famílias morando embaixo da caixa de água, com grande risco de vida. A COHAB no ano passado com autorização do Conselho fez uma reforma, não deu para fazer 100%, mas fizemos uma parte. Se você se lembrar, até ampliaram para frente um pouquinho, a entrada era na frente, ampliaram para o espaço ficar maior. Você sabe disso também, né, que era uma parte de madeira e arrumamos tudo lá. **Sr. Alexandre Bonfim (Kiko)** - O trabalho foi fundamental, importante. **Sr. Nilson** - O parquinho é para atender as crianças, não tinha larer lá. **Sr. Alexandre Bonfim (Kiko)** - Não tinha ventilação lá, a luz era ligada 24 horas, porque era muito escuro. Toda benfeitoria foi bem-vinda lá, mas só lembrando que têm mais áreas lá, não têm só aquelas duas do lado da favela não. **Sr. Nilson** - Tem um complexo lá, inclusive aqueles dois estacionamentos que você sabe que está cercado. **Sr. Eduardo Debrassi** - Seu Manoel, fica aqui o compromisso da COHAB de assim que vocês passarem o horário, dia, mandaremos um técnico para poder explicitar a situação que se encontra, essas novas modificações que houve para solucionar problemas que tem ali. Sobre essa questão que você levanta, precisamos ter hoje particularmente nos conselhos gestores das ZEIS, precisamos ampliar, senão vamos perder o controle do território aqui na cidade. Estamos revendo, todos os conselhos, a forma de fazer isso com as pessoas da região para recompor os conselhos, porque o problema hoje não é só a família que vai para lá, existem outros componentes muito mais graves que estão atuando dentro das cidades, se não cobirmos as questões de segurança estarão comprometidas. Hoje tem nosso compromisso, é importante repor a importância dos conselhos gestores e as ZEIS para poder manter as áreas dentro dos projetos e dos interesses particulares aqui com o Conselho Municipal de Habitação, com a comunidade, visando fundamentalmente atender aqueles que precisam de casa. E não transformar isso numa briga entre o crime organizado e as pessoas que estão passando a agir para vender áreas públicas. A própria COHAB fez no sábado, ... (inaudível)... para vender uns apartamentos, os chafariz de pedra... **Sr. Nilson** - Tem uma demanda lá do Parque das Flores. **Sr. Eduardo Debrassi** - ...com demanda já estabelecida. Então, o pau está comendo pesado, mas vocês estão vivendo isso mais intensamente do que nós, mas hoje acho que os esforços que temos são os conselhos gestores das ZEIS como instrumentos garantidores da integralidade das áreas, para que os projetos possam ter continuidade. **Sr. Darcy** - ... (inaudível)... para saída da população de rua e está cadastrando as pessoas na promessa de encaminhar já para o 7 de Abril. **Sr. Eduardo Debrassi** - Quando estão só cadastrando é uma coisa, mas tem gente que paga de R\$1 mil a R\$5 mil, já identificamos algumas ações nesse sentido, tentamos furar a fila, vendendo lugar para o cara entrar no empreendimento. Todas as denúncias que foram encaminhadas para a COHAB e Secretaria de Habitação, a COHAB já conseguiu, já está investigando essa situação com inteligência dentro da COHAB. Então, todas as informações que surgirem relativas a essa situação solicitamos ao pessoal que nos ajude. Estamos reorganizando os conselhos gestores das ZEIS. **Sr. Nilson** - Tem gente que está filmando a apresentação social, falando que é oficial, fazendo alternativa de vender o imóvel, R\$165 mil, parcelas de R\$1 mil, aceitava carro. **Sr. Alexandre Bonfim (Kiko)** - 300 unidades resolve? **Sr. Nilson** - Existe uma legislação que cabe lá. **Sr. Eduardo Debrassi** - Acho que quanto a todas essas questões a COHAB vai lá e esclarece para a população da região. Temos um último informe. 3.3) Atendimento Habitacional do Conjunto Habitacional na Via Anchieta- São João Climaco. Alexandre, você pode fazer? **Sr. Alexandre** - Boa tarde. Meu nome é Alexandre, estou como diretor da Divisão do Trabalho Social na Região Sudeste. Vim aqui para falar especificamente do empreendimento do Anchieta e quais são os critérios para definição dos futuros beneficiários. Trouxe um slide, mas já posso ir adiantando aqui. Os critérios para definição dos beneficiários para ocupação do empreendimento Anchieta se dá basicamente através da Portaria 163/2016 do Ministério das Cidades e da Portaria Municipal 439/2010 da SEHAB. Essa portaria prevê que estabelecamos um raio de 3 km da localização do empreendimento para apontar quais as comunidades que vamos aplicar atualização cadastral, e por aí enquadrando aos outros critérios. Dentro desse raio de 3 km estaremos chamando a comunidade Passagem III, comunidade São Pedro, comunidade Liviero, comunidade Vila Cristina, alojamento Jardim Celeste. Nessa ordem, que a proximidade deles se dá nessa ordem. Essas comunidades já nos dão um número de famílias com 30% a mais, que é o tempo de experiência, que às vezes é aprovado junto à Caixa Econômica e pessoas que não passam nos critérios. Como garantia, em 6º lugar temos a comunidade Boqueirão. Caso essas comunidades, não consigamos completar a demanda, chamaremos a comunidade Boqueirão. O total desse empreendimento são 376 unidades, sendo que a indicação de demanda são 50% COHAB e 50% SEHAB. Já temos cronograma do início dessas atividades, que as reuniões com as famílias dessas comunidades para orientação, recolher documento se darão na semana do dia 10/6 a 14/6. E na sequência daremos início à atualização cadastral, na semana do dia 25/6 à semana do dia 02/7. Bem sucinto, a princípio o questionamento do CMH seria quais comunidades estariam sendo chamadas. É isso que tenho a informar. Abro para perguntas. **Sr. Eduardo Debrassi** - Alguma questão? **Sra. Maria Almeida** - Sou Maria Almeida. No começo você falou 2010 e a outra data? **Sr. Alexandre** - A Portaria do Ministério das Cidades é 163/2016. E a 439/2010. **Sra. Maria Almeida** - Pediram para perguntar se irá atender todo o pessoal que está no bolsa aluguel, São Pedro e Liviero, são mais ou menos 700 pessoas que estão no bolsa aluguel, são essas pessoas que vão entrar aí? **Sr. Alexandre** - Sim. Um dos critérios que usamos é o tempo do auxílio aluguel, então, as famílias que vamos chamar dessas comunidades são as que estão ativas em nosso auxílio aluguel. **Sra. Tereza Lara** - Sou a Tereza. Acompanhámos essa e outras ações para o auxílio aluguel. Tanto Liviero quanto São Pedro quanto Jardim Celeste serão vizinhas e conhecemos, acompanhamos o processo. Alexandre, como vai ser avaliada? Como vai ser atendida? Pelo salário? Qual o valor de atendimento da faixa salarial? **Sr. Alexandre** - R\$1,8 mil é o teto que estamos atendendo. **Sra. Tereza Lara** - Faixa 1? **Sr. Alexandre** - Faixa 1. **Sr. Eduardo Debrassi** - Até R\$1,8 mil. **Sr. Alexandre** - Até R\$1,8 mil. **Sra. Tereza Lara** - Todas essas unidades que você passou são para atender todas as famílias da nossa região? **Sr. Alexandre** - Na verdade é aquilo que coloquei, existe o critério do raio de proximidade e o que esbarrou no critério foram essas comunidades. 376 unidades, a SEHAB vai poder indicar 188 e o que pega no raio de 3 km são Passagem III, São Pedro, Liviero, Vila Cristina e Celeste. **Sra. Tereza Lara** - Também quero pedir um favor, se me passaria essa planilha para eu acompanhar esse processo. **Sr. Alexandre** - A lista dos beneficiários nós não temos ainda, como informei aqui vamos iniciar a reunião com as famílias, vocês estão convidados a participar, na semana do dia 10 ao dia 14. Depois atualização cadastral. Depois tem todo processo de avaliação. **Sra. Tereza Lara** - A reunião será na SEHAB? **Sr. Alexandre** - Vamos fazer o seguinte, não tenho aqui o endereço, mas me comprometo a passar. (Pausa) Minha técnica vai me ajudar. **Sra. Claudete** - Boa tarde. Meu nome é Claudete, trabalho também na Sudeste junto com o Alexandre. As reuniões vão ser divididas em três noites, porque senão ficam muitas famílias para passar as informações. Vamos trabalhar nos dias 11, 12 e 13, às 19h no CEU Parque Bristol. Como o Alexandre falou, vocês estão convidados também para fazer parte da liderança. **Sr. Marcelo** - Vocês vão reunir todas as comunidades que estão ali para falar do atendimento de 376 unidades, essa é a ideia? **Sra. Claudete** - Mas dessas famílias vamos escolher 188, que a entrada é SEHAB. **Sr. Marcelo** - Então você já tem previamente algumas famílias que chamam para essa reunião? **Sra. Claudete** - Essas comunidades, não são to-

das as comunidades no auxílio aluguel, então, vamos chamar todas para colocar as informações, vai ter que atualizar o cadastro, juntar documento, fazer dossiê. **Sr. Marcelo** - Vou perguntar de novo: vocês vão chamar as famílias que estão no auxílio aluguel dessas áreas para poder falar sobre o programa? **Sra. Claudete** - Isso, num primeiro momento menos essa do Boqueirão. Aqui ficou faltando falar do Jardim Celeste, mas são algumas famílias. **Sra. Juliana** - Tenho uma pergunta. **Sr. Alexandre** - Pois não. **Sra. Juliana** - Alexandre, então, nesse levantamento que fizeram, aquele compromisso que foi assumido pela Secretaria de Habitação no dia 27 de novembro de 2013 com as famílias que estavam no terreno da Henriqueta, Climax, da Estevam Pedrosa, essas famílias estão fora? **Sr. Alexandre** - Na verdade o que estamos seguindo é a legislação vigente, isso eu acho que caberia até uma conversa com o Secretário, para ver como isso vai se dar. **Sra. Juliana** - Mas não estariam no critério? **Sr. Alexandre** - De proximidade não, senão tínhamos puxado aqui. Tem outro critério que estamos atendendo, que é questão do auxílio aluguel ativo. E as demandas do Henriqueta não se encontram no auxílio aluguel. **Sra. Juliana** - Tem algumas famílias que estão no auxílio. **Sr. Alexandre** - Então estão fora da questão do raio dos 3 km. **Sra. Juliana** - 3 km do empreendimento? **Sr. Alexandre** - Isso. **Sr. Eduardo Debrassi** - É raio, coloca a ponta do compasso e gira, o que estiver dentro dessa roda. **Sr. Alexandre** - É isso. Mais alguma questão? (Pausa) Agradeço a atenção. **Sr. Eduardo Debrassi** - Antes de encerrar a reunião, primeiro, ficou claro que vamos fazer mais um debate sobre a PPP, mas agora direcionado. Então, estamos sugerindo o seguinte, tem aqui a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Habitação, as pessoas encaminhem à Secretaria por escrito exatamente qual é a dúvida, questão que precisa ser levantada, porque aí já vamos fazer o debate geral direcionado em cima das dúvidas que surgirem. Outras dúvidas podem surgir no curso do debate, mas vamos partir desse princípio para fazer a reunião. Pode ser por e-mail. Geralmente fazemos nossa reunião em torno do dia 23 ao dia 25 de cada mês, é isso? Tiramos os 5 dias desta reunião por causa do lapequino que se encontrava em férias, como era a pessoa que tinha todas as informações, era melhor para fazer a apresentação ao Conselho. Preferimos perder 5 dias, mas ganhar e adensar mais o debate aqui dentro do Conselho. Segundo, queremos ver se seria possível colocar uma segunda pauta dentro do Conselho, e aí responder o que acho que é a principal preocupação das pessoas, então, já vamos ter um retorno do João e uma questão mais clara de como o Governo Federal vai proceder em relação à Faixa 1. Então, acho que a maior preocupação é a maior demanda diz respeito à Faixa 1 do ponto de vista do Conselho Municipal. Acho que se tivesse Faixa 1 dentro do planejamento que existia nem existiria toda essa preocupação com relação à PPP. Mas quando você vê um programa fundamental para funcionamento da Secretaria, onde está a maior demanda que atendemos dentro da Secretaria, esse programa minguar, porque é isso, qual é a dificuldade? É que o Governo não diz que acabou o programa. Se o Governo chegasse e falasse "Acabou o programa", todo mundo já começava a se mexer. Não, mas fica essa coisa "Vai acabar, está se revendo os critérios, estamos vendo recursos", acho difícil o Governo colocar um instrumento melhor do que o Minha Casa Minha Vida 1 da forma que estava estruturado, mas em todo caso está neste momento pensando. Então, queremos, além da PPP, colocar um segundo debate sobre o que a Secretaria vai efetivamente fazer, e dentro desse grupo temático avançamos com esse debate e apresenta uma proposta em relação à conferência. Nosso interesse é realizar até o 2º semestre. Mas nessa segunda temos de enfrentar esse novo desafio deste momento. É bom acelerarmos o debate, vocês irem acompanhando também todas as medidas que a Secretaria vai desenvolvendo, isso não quer dizer que precisa esvaziar a Comissão Executiva, vamos precisar fechar as coisas na Comissão Executiva. **Sra. Mariza** - Eduardo, só fiquei com uma dúvida, a Vanessa logo no primeiro horário trouxe para a reunião do Conselho sobre a questão do levantamento e andamento do sistema das famílias que estão no HABITASAMPA. Agora, como acompanhamos as famílias do Quilombo, eles receberam comunicações pela SEHAB para comparecer no dia 3 de junho. Você está sabendo de alguma coisa? **Sr. Eduardo Debrassi** - Sobre o quê? **Sra. Mariza** - Sobre as famílias do Quilombo dos Palmares que estão inscritas no HABITASAMPA, são demandas que era para ser atendidas, recebe parceria e ainda estão aguardando ser atendidas no programa fixo de habitação. **Sr. Eduardo Debrassi** - Vamos agendar uma reunião, disponho esse retorno na reunião que vamos fazer. Vou subir agora lá e agendar a reunião. Então, o que sinto pelo menos é que o Conselho está querendo mais agilidade e mais debate, não é isso? Então, estamos dispostos a fazer esse esforço extraordinário com o Conselho para podermos fazer. Existe essa disposição por parte do Conselho? Senão voltaremos daqui a dois meses. Obrigado. Quero deixar o seguinte, nosso contato precisa ser exclusivamente na reunião do Conselho, as pessoas que acharem que precisam de demanda, esclarecimentos, têm propostas, ou têm divergências e quiser antecipar esse debate com a Secretaria, sem nenhum prejuízo de trazer isso depois ao Conselho, estamos abertos a abrir essa pauta. (Encerra-se a reunião)

## SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2019-2-117

**COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA**  
ENDEREÇO: RUA SAO BENTO, 405 09 ANDAR SALA 94  
PROCESSOS DA UNIDADE SEHAB/CRF-G

**1978-0.003.309-0 OSCAR A CALDAS FLO**  
ETIQUETA 05-013.944-78-36

## DOCUMENTAL

FACE CONTIDO NO RELATORIO DE FL.917, NADA MAIS HAVENDO A PROVIDENCIAR POR PARTE DESTA SEHAB/CRF, ARQUIVE-SE O PRESENTE.

## SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 358

**SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**  
ENDEREÇO: RUA SAO BENTO, 405

**6014.2019/0002128-8 - Reativação de Ciclo, Pagamento Retroativo e/ou Troca de Titular Ativo do Auxílio Aluguel**

**Despacho deferido**  
**Interessados: MARIA ROSA PEREIRA DE JESUS**

DESPACHO: Considerando as informações constantes, no documento SEI Nº017744525, que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, DETERMINO a reativação de ciclo do benefício do Auxílio Aluguel do(a) município MARIA ROSA PEREIRA DE JESUS, CPF Nº251.455.288-50 da área Maria Virginia por Determinação Judicial.

**6014.2019/0002197-0 - Comunicações Administrativas: Memorando**

**Despacho deferido**  
**Interessados: VANDERLEIA ALMEIDA DOS SANTOS**

DESPACHO: Considerando as informações constantes, no documento SEI Nº018471729, que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, DETERMINO a reativação de ciclo do benefício do Auxílio Aluguel do(a) município VANDERLEIA ALMEIDA DOS SANTOS CPF Nº 413.479.598-23 da área Mata Virgem/Id. Eldorado, com fundamento no inciso I da Portaria SEHAB nº 131/2015.

**6014.2019/0002479-1 - Reativação de Ciclo, Pagamento Retroativo e/ou Troca de Titular Ativo do Auxílio Aluguel**

**Despacho deferido**  
**Interessados: Joyce Cler Martins Silva - CPF 448.\*\*\*.\*\*\*-96, Paraisópolis**

DESPACHO: Considerando as informações constantes dos autos, em especial, a manifestação juntada em documento SEI citado acima, que acolho com razão de decidir e passa a integrar a presente decisão. DETERMINO: 1. A troca de titular ativo do cadastro registrado no sistema de informações habitacionais desta Secretaria, do município Renato José da Silva, CPF 377.\*\*\*.\*\*\*-55 para a município Joyce Cler Martins da Silva, CPF 448.\*\*\*.\*\*\*-96 e a exclusão do do município Renato José da Silva, CPF 377.\*\*\*.\*\*\*-55 do cadastro habitacional em questão.

## HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

### GABINETE DO SUPERINTENDENTE

#### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019 – HSPM.G

**DOAÇÃO DE MATERIAL PARA PARA ANTISSEPSIA DE PELE, INJEÇÕES E PUNÇÕES**

A Superintendência do Hospital do Servidor Público Municipal – HSPM torna público, para conhecimento de quantos possam interessar, que instaurou o Processo Administrativo 6210.2018/0007999-9, onde consta a relação do material "swab alcoólico 70% - para antissepsia de pele, injeções e punções" disponível para doação a hospitais públicos localizados no município de São Paulo, em virtude do prazo de validade dos itens.

Os hospitais interessados deverão formalizar o seu pedido, especificando as quantidades desejadas e apresentando os atos constitutivos vigentes, podendo protocolar o seu requerimento no setor de Protocolo do HSPM, das 9 às 17 horas, na Rua Castro Alves, 60, 2º andar, CEP 01532-000, ou diretamente no Gabinete da Superintendência. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (11) 3397-8884 ou por e-mail: gabinetehsp@hsp.sp.gov.br.

#### PORTARIA HSPM Nº 94, DE 26 DE JUNHO DE 2019.

O Superintendente em Substituição do HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - HSPM, usando da faculdade que lhe concede o inciso XVIII, do artigo 4º da Lei n.º 13.766, de 21 de janeiro de 2004, regulamentada pelo Decreto n.º 45.216, de 31 de agosto de 2004 e no uso da competência delegada pela Portaria PREF nº 36, de 10 de janeiro de 2019,

**CONSIDERANDO:**

–A Portaria nº. 543 de 1º de junho de 1998 MS, que Aprova o Regulamento Técnico que estabeleça as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico;

–A necessidade de reestruturar o **COMITÊ DE PROTEÇÃO RADIOLOGICA DO HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL-HSPM**, em consonância com a legislação em vigor, com as atribuições de:

•Revisar sistematicamente o programa de proteção radiológica para garantir que os equipamentos sejam utilizados e os procedimentos executados, observando-se os regulamentos vigentes de proteção radiológica;

•Recomendar as medidas cabíveis para garantir o uso seguro dos equipamentos emissores de radiação existentes na instituição.

**RESOLVE:**

1- Designar os servidores públicos para comporem o **COMITÊ DE PROTEÇÃO RADIOLOGICA DO HSPM: MARIA DO SOCORRO LIMA MAGALHÃES, RF: 659.390-9; LUCIA DE FATIMA LUNA MOTA, RF: 570.441-3; ANA CRISTINA TEIXEIRA MACHADO, RF: 841.480-7; SOLANGE CONCEIÇÃO RODRIGUES ANTONINI, RF: 849.088-1; CLARISSA MIDORI HIRATA ROCHA, RF: 852.850-1; FRANCISCO DAS CHAGAS SANTANA DE ARAUJO, RF: 631.003-6; THIAGO SEIJI CARVALHO DA SILVA, RF: 852.015-1; ROBERTO LUIZ SODRÉ, RF: 646.321-5; IVAN PRATES DE OLIVEIRA, RF: 632.134-8; ANDRE LUIS TORRES DA SILVA, RF: 841.482-3; ROSANGELA SANTOS DE MORAIS ALVES, RF: 843.497-2; EDGAR RABONI, RF: 851.881-5; CARLOS EDUARDO ANICETO RF: 851.989-7 e MARCELO ORTIZ FICEL RF: 557.993-7.**

2- Designar a servidora pública, **MARIA DO SOCORRO LIMA MAGALHÃES, RF: 659.390-9** para a função de Coordenadora do **COMITÊ DE PROTEÇÃO RADIOLOGICA DO HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 05/2019.

#### PORTARIA HSPM Nº 96, DE 28 DE JUNHO DE 2019.

**LUIZ CARLOS ZAMARCO**, Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal – HSPM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 4º, XVIII, da Lei nº 13.766/04 em consonância com as disposições contidas no Art. 2º, do Decreto nº 58.183/18;

**RESOLVE:**

Designar a servidora **LEDA FERREIRA SANTOS, R.F. 816.338.3/4**, Assessora Especial da Assessoria de Informação e Planejamento Estratégico da Superintendência, para responder pela Assessoria Jurídica da Superintendência, durante o impedimento legal por motivo de férias da titular, no período de 01/07/2019 a 22/07/2019.

#### PROCESSO Nº 6210.2019/0003771-6

**DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETE**

1 - Considerando os termos do parecer da Assessoria Jurídica desta Autarquia constante dos autos, que adoto como fundamento desta decisão, e nos termos da competência delegada pela Portaria nº 21/2017 – HSPM, publicada no D.O.C. de 07 de fevereiro de 2017, **CONHEÇO** da DEFESA PRÉVIA interposta por **SINSAI COMERCIO DE DESCARTAVEIS EIRELI - EPP**, por tempestiva, e no mérito **NEGO-LHE PROVIMENTO**, aplicando-lhe, com fundamento no subitem 9.1.3 da Ata de Registro de Preços nº 007/2017-HSPM, multa no valor de R\$ 382,54, em virtude do atraso na entrega do produto.

II - Prazo Recursal: 5 dias úteis

III - Publique-se.

#### DIVISÃO ADMINISTRATIVA

**BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA**  
Defesa prévia - Notas Fiscais 500991/503065/503184.  
ATA DE RP: 115/2018 - H.S.P.M.

**NOTIFICAMOS** Vossa Senhoria, que essa empresa encontra-se na iminência de ser penalizada com multa de 4% sobre o valor de R\$ 6.078,00 (seis mil e setenta e oito reais), de 20% sobre o valor de R\$ 9.117,00 (nove mil, cento e dezesseite reais) e 20% sobre o valor de R\$ 5.470,00 (cinco mil, quatrocentos e setenta reais) em virtude dos atrasos nas entregas dos itens constantes nas Notas Fiscais nºs 500991/503065/503184, conforme previsto no subitem 9.1.3 do item 8.1 da CLÁUSULA IX – DAS PENALIDADES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 115/2018 – H.S.P.M. Nota de Empenho nº 1562/2019, Processo Administrativo nº 6210.2019/0003319-2. Outrossim, fica V.Sª, intimada para oferecer Defesa Prévia, se assim o desejar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do previsto § 2º do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, a qual poderá enviada para o e-mail hspmprotocolo@hsp.sp.gov.br ou ser protocolizada junto a Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo, desta Autarquia na Rua Castro Alves, nº 60, 2º andar, Aclimação, São Paulo.

**FACILITI COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS LTDA ME**  
Notificação de Penalidade – Nota Fiscal 510 e Nota de Empenho 364/2019.

**NOTIFICAMOS** Vossa Senhoria que essa empresa encontra-se na iminência de ser penalizada com multa no montante de 11% sobre o valor de R\$ 4.838,00 (quatro mil, oitocentos e trinta e oito reais) e 20% sobre o valor de R\$ 1.483,76 (um mil, quatrocentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos) em virtude do atraso e da inexecução parcial na entrega dos itens constantes na Nota Fiscal nº 510 e na Nota de Empenho 364/2019, previsto nos subitens 9.1.3 e 9.1.6 do item 9.1 da CLÁUSULA IX – DAS PENALIDADES DO Termo 560/2018 de Contrato, Nota de Empenho nº 364/2019, Processo Administrativo nº 6210.2018/0001695-6.Outrossim, fica V.Sª, intimada para oferecer Defesa Prévia, se assim o desejar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do previsto § 2º do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, a qual poderá, a qual poderá enviada para o e-mail hspmprotocolo@hsp.sp.gov.br ou ser protocolizada junto a Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo, desta Autarquia na Rua Castro Alves, nº 60, 2º andar, Aclimação, São Paulo.